

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais**

**CARISMA E BUROCRACIA NA OBRA
DO HISTORIADOR IAN KERSHAW**

**Ygor Ricardo Saraiva de Aragão
Orientador: Carlos Eduardo Sell**

**Florianópolis
2015**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos
requisitos necessários para obtenção do bacharelado em
Ciências Sociais.

Florianópolis, 8 de julho de 2015.

Prof.^a Carlos Eduardo Sell Dr.^a

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Marcelo Serran Pinho, Dr.^a

Membro

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges Dr.

Membro

Universidade Federal de Santa Catarina

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da
Biblioteca Universitária da UFSC.

Aragão, Ygor Ricardo Saraiva de
Aragão

CARISMA E BUROCRACIA NA OBRA DO
HISTORIADOR IAN KERSHAW
/ Ygor Ricardo Saraiva de Aragão
Aragão ; orientador,
Carlos Eduardo Sell - Florianópolis,
SC, 2015.59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso
(graduação) -
Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas. Graduação em
Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2.
Carisma. 3. Burocracia. 4. Max
Weber. 5. Ian Kershaw. I. , Carlos
Eduardo Sell. II.
Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências
Sociais. III. Título.

Este trabalho é dedicado aos meus pais e a minha
irmã pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao orientador Carlos Eduardo Sell pela assistência na consecução do trabalho e aos colegas pelos conselhos e observações na elaboração desta pesquisa.

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo estudar a relação entre carisma e burocracia na obra do historiador Ian Kershaw. Também retrata parte do debate entre as principais correntes dentro do campo desse campo de estudo historiográfico, principalmente entre intencionalistas, funcionalistas e pós-estruturalistas. A análise passa por uma revisão dos conceitos weberianos e pelo obra própria obra de Kershaw, com ênfase na comunidade carismática e operacionalização da ditadura hitlerista segundo a obra do segundo.

Palavras-chave: Max Weber, dominação, carisma, comunidade carismática, burocracia, nacional-socialismo, Ian Kershaw

ABSTRACT

This research aims to study the relationship between charisma and bureaucracy in the work of the historian Ian Kershaw. Also depicts part of the debate between the main currents within the field of this historiographical field of study, especially among intentionalists, functional and poststructuralist. The analysis goes through a review of Weberian concepts and the very work of Kershaw work, with an emphasis on charismatic community and operationalization of the Hitler dictatorship according to his work

Keywords: Max Weber, domination, charisma, charismatic community, bureaucracy, National Socialism, Ian Kershaw

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	MAX WEBER E A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA	8
2.1	CONTEXTO POLÍTICO DA OBRA DE WEBER	8
2.2	TIPOS DE DOMINAÇÃO E LEGITIMIDADE ¹¹	
2.3	CARISMA E DITADURA	22
3	IAN KERSHAW E O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O NACIONAL-SOCIALISMO	26
3.1	CORRENTE ESTRUTURALISTA	26
3.1.1	Estruturalista marxista	26
3.1.2	Estruturalismo de Hans Mommsen	30
3.1.3	O estruturalismo Weberiano de Hans-Ulrich Wehler	34
3.2	CORRENTE LIBERAL INTENCIONALISTA	37
3.3	CORRENTE WEBERIANA PÓS-ESTRUTURALISTA: IAN KERSHAW	40
4	O CARISMA PESSOAL DE HITLER E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CARISMÁTICA	46
4.1	FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DE HITLER	46
4.2	FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CARISMÁTICA E PRIMEIROS ANOS DE LUTA	53
4.3	LUTA E TOMADA DO PODER	57
5	O NACIONAL-SOCIALISMO COMO REGIME: O CHOQUE ENTRE CARISMA E BUROCRACIA	68
5.1	ALEMANHA APÓS A CHEGADA DE HITLER A CHANCELARIA	70
5.1.1	Pulverizando a oposição	71
5.1.2	A subjugação da legalidade no estado do Führer	75
5.2	TERCEIRO REICH E O PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO ⁷⁸	
5.2.1	A radicalização acumulativa	82

6	CONCLUSÃO	90
	REFERENCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como foco o lugar e o papel ocupado pela teoria weberiana da “dominação carismática” na obra do historiador Ian Kershaw, que analisa a maturação, conquista e queda do regime nacional-socialista. Nesse sentido, o texto irá se concentrar na relação entre a teoria de Weber e a obra de Kershaw, refletindo a aplicação dos conceitos weberianos na caracterização da ditadura de Adolf Hitler, na Alemanha, da década de 1930 e 1940.

Ian Kershaw (1943) é um historiador britânico voltado ao estudo da história da Alemanha durante o século XX. Este historiador começou, inicialmente, estudando história medieval até conhecer Martin Brozat¹, outro historiador voltado ao estudo da Alemanha contemporânea. Juntos encabeçaram o “Projeto

¹ Martin Brozat (1926-1989) era um historiador alemão especializado em história contemporânea da Alemanha. Entre seus trabalhos se pode destacar a “Enciclopédia dos Historiadores”, que é uma das obras referenciais quando se trata de estudos sobre o Terceiro Reich. Ele também era mais conhecido pelas teses estruturalistas criadas em colaboração com o próprio Hans Mommsen.

Bavária”, uma iniciativa acadêmica voltada para estudos contemporâneos em relação ao momento da Alemanha hitlerista. A tentativa era romper com funcionalismo e ao mesmo tempo com o intencionalismo de outros autores.

O primeiro livro a ser publicado, já na década de 1970, “The 'Hitler Myth': Image and Reality in the Third Reich”, era voltado à construção da figura de Hitler e sua relação com a propaganda criada pelo NSDAP, que é o registro de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, registrado em alemão como *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*. O segundo foi publicado em 1983, denominado de “Popular Opinion and Political Dissent in the Third Reich” e tinha como foco a opinião pública de uma província específica alemã, a Bavária, que tinha sido um dos lares iniciais do nacional-socialismo. Esse estudo conclui que a maioria da população simplesmente era indiferente ao antissemitismo, pouco importando o destino dos judeus.

Posteriormente, em 1985, Kershaw começa a criticar as abordagens hegemônicas, dentro da historiografia, que abordavam a Alemanha nacional socialista. “The nazi dictatorship: problems and perspectives of interpretation” era quase um conjunto de

artigos voltados, especificamente, para o confronto de posições presentes nesse campo de estudos historiográficos. O material lançava uma abordagem crítica em relação à tradicional interpretação marxista, questionando os apoiadores e os detratores do conceito de totalitarismo e fascismos e, por fim, confrontando as abordagens estruturalistas com as intencionalistas (ver no capítulo II).

Ao longo deste período, Kershaw tendia a enfatizar muito mais as estruturas do que a personalidade de Hitler. Em uma tentativa de avançar, ele entra em contato com a teoria sociológica weberiana, considerando esta a chave para conciliar a ação do líder com os aspectos sociais da ditadura nacional socialista.

A autoridade carismática tal como definida por Weber, não deriva de qualidades importantes e demonstráveis de um indivíduo, mas sim da percepção que por um meio de um séquito que, em meio a condições de crise, projeta sobre um líder escolhido atributos heróicos e nele vê grandeza pessoal, a encarnação de uma “missão salvífica”. Na conceitualização de Weber, a ‘autoridade carismática’ é infinitamente instável. O fracasso ou o infortúnio continuado provocam sua queda, e ela representa a ameaça de se “rotinizar” numa forma sistemática de governo (KERSHAW: 2010: p. 21).

Os dois volumes de biografia sobre Hitler – Hitler: Hubris (1998) e Hitler: Nemesis (2000) – lançaram mão de todo um ferramental heurístico weberiano. Elas também mostravam como os aspectos sociais interagiam com a liderança nazista por meio do mote “trabalhando pelo Führer”. Esse slogan foi usado para “mostrar como os objetivos presumidos serviam para provocar, ativar e legitimar iniciativas em níveis diferentes do regime, levando adiante, conscientemente ou inadvertidamente a dinâmica destrutiva do regime nazista” (KERSHAW, 2010, p. 22).

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, esta se encontra focada no modo como a aplicação dos conceitos weberianos estruturam a obra de Kershaw. Assim, se tem uma espécie de “caracterização geral” da ditadura nacional-socialista que poderia ser aplicada a outros governos carismáticos. Logo, o objetivo geral do trabalho implica analisar as influências weberianas na obra de Kershaw, tendo como enfoques específicos o conceito de “dominação carismática” e o choque entre burocracia e carisma tal qual articulado por Weber e o historiador.

No primeiro capítulo se apresenta uma análise dos conceitos weberianos diretamente da obra de Weber

e por alguns comentadores da sociologia. Esse movimento inicial é de suma importância por justamente isolar os significados conceituais originais desenvolvidos por Weber. Depois dessa revisão, no segundo capítulo será retratada a inserção do próprio Kershaw no debate, mostrando as linhas com as quais ele dialoga de forma crítica e propostas de solução para crise paradigmática dos anos de 1980 e 1990.

O capítulo quarto se propõe a analisar um corte muito específico dentro da obra de Kershaw, que seria o modo como ele retrata a formação ideológica e a conquista do poder. Isso permite ter um primeiro deslumbre dos conceitos weberianos em ação, inseridos dentro uma conjuntura histórica específica, principalmente, a formação da comunidade carismática. Com regime consolidado, no capítulo quinto, se busca retratar o processo de coordenação do regime dentro das estruturas burocráticas e a “radicalização cumulativa” durante a guerra, trilha essa que apresenta o Holocausto. Por fim, a conclusão nada mais se apresenta do que uma reflexão à luz das obras weberiana e de Kershaw a respeito do carisma e da atualidade deste fenômeno na política contemporânea.

Quanto ao método da pesquisa, esse consiste em uma análise textual da obra de Kershaw primando pelo debate deste em relação aos outros atores e linhas de pesquisa, que se encontram nesse campo de estudo. Assim, se expõe uma visão abrangente da construção conceitual e das propostas de Kershaw em relação às questões em voga entre os seus congêneres.

Com isso, se tem um desenho geral da obra de Kershaw e, em particular, uma maneira de usar o ferramental analítico weberiano em uma análise histórica (com fortes implicações sociológicas) de um regime político muito específico. No entanto, apesar da especificidade também se extraem lições mais gerais, que fornecem ideias para depuração de outros regimes e figuras carismáticas, sendo essas não necessariamente ditatoriais.

2 MAX WEBER E A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA

Nesta secção da pesquisa são abordados os pilares epistemológicos de Kershaw fazendo uma revisão da teoria social de Max Weber. Primeiramente serão descritas as principais influências sobre Weber, no contexto político, ao qual ele é tributário, após isso se passa ao próprio autor e seus conceitos mais elementares, da ação à obra política mais geral. Especial destaque será dado ao conceito de dominação carismática, principal influência de Weber sobre Kershaw.

2.1 CONTEXTO POLÍTICO DA OBRA DE WEBER

Para serem delimitados os conceitos que Kershaw emprega, em sua obra, é oportuno fazer uma análise dos desdobramentos dos conceitos, em que se podem observar os tipos ideais em ação e inserir a interpretação de Kershaw dentro do “paradigma weberiano”. Existe uma pluralidade de constructos analíticos quanto ao legado teórico e político dado a Weber, que se tem de levar em consideração o contexto

no qual ele estava situado temporalmente (Bismarck, fim do segundo Reich e crise política).

A visão política de Weber pode ser dividida em dois momentos, o primeiro consiste na crença de que somente o parlamento poderia ter habilidade suficiente para equilibrar a tensão recorrente entre as tensões sociais da sociedade alemã e ímpeto da burocracia nacionalizante. Quando se analisa o período de 1895-1905 se vê que a cena política alemã não possuía uma autoridade do quilate de Bismarck, estando a política subordinada aos interesses da “decadente” classe dos *junkers*, grandes industriais monopolistas e por uma burocracia meritocrática e engessada (apesar de eficiente). É nesse contexto que Weber se preocupa com a seguinte questão: como preservar os resquícios de liberdade? Como controlar as camadas burocráticas? Como obter uma nova fonte de liderança política?

Somente um parlamento forte e atuante poderia fornecer a formação de lideranças com vocação política, que estabeleceria a preponderância do político sobre o burocrático. Essas lideranças também poderiam controlar o fator social, uma vez que as massas são vistas de modo negativo, dadas a irracionalidade.

O perigo político da democracia de massas para o Estado jaz primeiramente na possibilidade de elementos emocionais virem a predominar na política. A 'massa' como tal (independentemente das camadas sociais que a compõe em qualquer exemplo particular) só é capaz de pensar em curto prazo. Pois, como toda experiência mostra, ela está quase exposta a influências diretas puramente emocionais e irracionais. (SELL, 2010, p.141).

Porém, após a queda do segundo Reich, a conjuntura política muda completamente, tornando a questão social mais aguda, como mostra ascensão do bolchevismo e pelo movimento espartaquista liderado pela Rosa de Luxemburgo. Neste contexto, Weber desloca sua análise, da ênfase no parlamento, para a promoção de uma figura carismática que fosse capaz de agregar forças e fugir dos interesses locais. As prerrogativas deste líder seriam discricionárias na medida em que fosse necessário agir sem entraves a administração política, talvez seja este o motivo pelo qual Weber apoia a elaboração do artigo 48 da Constituição de Weimar, que foi utilizado por Hitler em 1933, (assunto que será tratado adiante). Porém, apesar do deslocamento, a questão da liderança permanece, o que expõe uma estrutura que perpassa por toda sua

obra para com uma tensão com a conjuntura sempre dinâmica.

A interpretação da obra política de Max Weber segue dois modos de crítica. A primeira assinala o caráter conservador do autor e seus vínculos com setores imperialistas, apesar de algumas tendências liberais, a outra crítica, da qual se acredita seja a mais adequada, advoga que Weber seria um liberal realista que busca autonomia frente ao capitalismo burocratizado alemão e por valores como liberdade e igualdade. Não é caso de fazer uma análise exaustiva dessas repercussões e interpretações da teoria política weberiana, se é que ela existe.

2.2 TIPOS DE DOMINAÇÃO E LEGITIMIDADE

Fica claro, então, que a sociologia weberiana tem relação com outras correntes clássicas de uma abordagem mais capilar do poder e suas manifestações. Ela também é considerada por muitos como a sociologia da “*dominação*” (*Herrschaft*) e do “*poder*”. Nas palavras de um comentador:

A conclusão que se chega é de que [...] e o esquema weberiano é especialmente

poderoso quando se trata de analisar processos que envolvam a caracterização da relação de forças num processo social dado e, de modo geral, que seu ponto forte está na contribuição que pode dar o estudo de situações empíricas de conflitos de interesses e de poder, sempre que eles sejam tomados nas suas manifestações particulares (COHN: 2003: p. XII).

Dominação pode ser caracterizada como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 2012, p. 33). Porém, ela necessita de legitimidade para que as ordens – de uma pessoa ou de um estatuto – sejam obedecidas. Deve-se considerar a legitimidade como “uma probabilidade de, em grau relevante ser reconhecida e praticada como tal” (WEBER, 2012, p.140). Como Weber salienta, a legitimidade deve consolidar a existência da dominação e determinar as ferramentas de que essa dominação se vale para ser obedecida. Tendo em vista a questão das legitimidades, Weber elabora e cria três tipos ideais de dominação: Racional-Burocrática, Tradicional e Carismática.

A) Dominação Tradicional

Por dominação tradicional se pode entender como que repousa sobre a “santidade de ordens e

poderes senhoriais tradicionais” (WEBER: 2012: p.148). Não se acata um estatuto como na legal-racional, mas as ordens de uma pessoa entronada devido virtudes de regras sancionadas e legitimadas pelo tempo. Como variações se podem colocar neste tipo o Feudalismo, o Sultanato, o Shogunato e etc. Também pode se referir ao *oikos*, como uma relação patriarcal de âmbito doméstico senhor/escravo, pai/filho e etc.

Em todas essas variações existe um incipiente aparato administrativo, mas esse não pode ser caracterizado como burocrático. Ele está mais condicionado pelo estamento e outras subestruturas articuladas de tal maneira que a impessoalidade e profissionalização se tornam secundárias ou inexistentes. Os quadros, geralmente, são preenchidos em acordo com o senhor local (Sultão, Xogum e etc).

B) Dominação Burocrática

Por dominação racional-legal se remetes a crença em um estatuto, que implica o direito de mando por parte daqueles que possuem uma sanção garantida por esse mesmo estatuto. Ela pode ser caracterizada pela impessoalidade, delimitada por regras abstratas, pois judicatura seria o zelo pela aplicação do estatuto de uma associação ou instituição. Weber elenca três

categorias que ele considera fundamentais nesse caso (WEBER, 2012, p.142):

- Um exercício contínuo, vinculado a determinadas regras, de funções
- Determinadas competências, o que significa: a) um âmbito objetivamente limitado, em virtude da distribuição dos serviços, de serviços obrigatórios b) com atribuição dos poderes de mando, eventualmente, admissíveis e das condições de sua aplicação.

Forçosamente, os elementos acima delimitam o que se pode chamar de autoridade institucional. Tanto o conceito de Estado como de instituição são muito específicos, este seria uma “associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência” (WEBER, 2012, p.32). Logo, o Estado seria uma espécie de instituição que “detém o monopólio legítimo da força em determinado território” e que é regida por um estatuto.

Todo esquema burocrático requer profissionalização de um quadro que domina certas técnicas e conhecimentos da instituição, sendo aceitos

como funcionários. Também há uma separação rígida dentro dos quadros, envolvendo gradações e hierarquia. Há separação entre o patrimônio das instituições e o privado, em síntese, entre os bens públicos e privados. E quanto aos cargos, esses não podem ser apropriados pelo detentor, sendo suas atribuições determinadas pelo estatuto que rege a instituição. No caso específico da burocracia, o quadro administrativo se compõe de funcionários individuais (monocracia) que operam pelos seguintes parâmetros (WEBER, 2012, p.144):

- São pessoalmente livres, obedecem somente às obrigações objetivas de seu cargo.
- São nomeados (e não eleitos) em uma hierarquia rigorosa dos cargos.
- Têm competências funcionais fixas.
- Em virtude de um contrato, portanto, (em princípio) sobre a base de livre seleção, segundo a qualificação profissional, no caso mais racional: qualificação verificada mediante prova e certificada por diploma.
- São remunerados com salários fixos em dinheiro, na maioria dos casos com direito a aposentadoria e, em certas

circunstâncias, especialmente em empresas privadas, podem ser demitidos pelo patrão, porém sempre podem se demitir, por sua vez, seu salário está escalonado, em primeiro lugar, segundo a posição na hierarquia e, além disso, segundo a responsabilidade do cargo e princípio da correspondência à posição social.

- Trabalham em separação absoluta dos meios administrativos e sem apropriação do cargo.
- Estão submetidos a um sistema rigoroso e homogêneo de disciplina e controle.

Os efeitos do processo de burocratização são “a concentração dos meios de gestão e administração nas mãos dos detentores de poder” (BOBBIO, 1998, p.126) e o nivelamento e exclusão de diferenças pessoais segundo regras abstratas e universais. Politicamente falando, o modelo de administração burocrática permanece em contínua tensão com o sistema democrático de massas, já que por um lado seus critérios de seleção podem ser considerados democráticos e por outro podem refletir um domínio, que

foge das capacidades do cidadão comum, criando uma espécie de meritocracia (rompendo com o princípio da igualdade).

A administração burocrática se apresenta como a forma mais racional do exercício da dominação porque “nela se alcance tecnicamente o máximo de rendimento em virtude da precisão, continuidade, disciplina rigor e confiabilidade – isto é, calculabilidade [...] para os demais interessados” (WEBER, 2012, p.145).

As consequências sociais da burocracia, segundo Weber (2012) são:

- A tendência ao nivelamento no interesse da possibilidade de recrutamento universal a partir dos profissionalmente mais qualificados;
- A tendência à plutocratização no interesse de um processo muito extenso de qualificação profissional;
- Dominação da impessoalidade formalista: *sine ira et studio*, sem ódio ou paixão e, portanto, sem amor e ‘entusiasmo’, sob a pressão de simples conceitos do dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para ‘cada qual’, isto é,

cada qual dos interessados que, efetivamente, se encontram em situação igual de forma que é assim que o funcionário ideal exerce seu cargo.

C) Dominação Carismática

O último tipo de dominação que será abordada é o carismático, que está em franca tensão com o legal-racional, adicionando a sua tipologia do poder um elemento de instabilidade. Denomina-se por:

'carisma' uma qualidade pessoal considerada extraordinária (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos, ou, pelo menos, extraordinariamente específicos ou então toma como enviados por Deus como exemplar e, portanto, como 'líder' (WEBER, 2012, p. 159).

Para Weber, a moldura histórica dada é a do profeta, demagogo (como Péricles) e/ou do líder guerreiro. O líder carismático possui um grupo de sequazes próximos e que estão em contato direto com o mesmo, transmitindo e implementando as ordens dadas por este líder e formando o que se pode chamar de

comunidade carismática. O carisma do líder opera por meio de dois instrumentos. O primeiro seria a uma espécie de “cálculo do poder”, em que há uma divisão de funções e o emprego do poder político para com setores limitados do tecido social (como, por exemplo, a formação de uma clientela específica). O segundo é a conversão, que conota uma reestruturação dos valores fundamentais da comunidade em questão e reflete um “deve ser”, que foge do comportamento antigo, taxado como conformista:

A associação de dominação comunidade é uma relação comunitária de caráter emocional. O quadro administrativo do senhor carismático não é um grupo de ‘funcionários profissionais’, e muito menos ainda em formação profissional. Não é selecionado segundo critérios de dependência doméstica ou profissional. Não é selecionado segundo critérios de dependência doméstica ou profissional ou pessoal, mas segundo qualidades carismáticas: ao profeta correspondem os discípulos; ao príncipe guerreiro, o séquito; ao líder em geral, os homens de confiança. Não há colocação ou destituição, nem carreira ou ascensão, mas apenas nomeação segundo a inspiração do líder, em virtude da qualificação do invocado (WEBER, 2012, p.160).

Curiosamente, nem sempre o líder possui sua posição desde o início na qualidade de fundador, muitas

vezes ele se forma a partir do grupo, assumindo paulatinamente posição de prestígio e poder e subjugando e convertendo opositores. Nesse sentido, a dominação carismática tende a ser efêmera, esgotando-se quando o líder expira por motivos externos ou internos.

Por outro lado, justamente por ser instável tal tipo de dominação pode ser rotinizada, transformando-se em tradicional ou legal. Segundo Weber, os motivos que levam a esse movimento são:

- Interesse ideal e o material dos adeptos na persistência e reanimação contínua da comunidade.
- O interesse ideal e a matéria, ambos fortes, do quadro administrativo dos sequazes, discípulos, homens de confiança de um partido, etc em: a) continuar a existência da relação, e isto b) de tal modo que esteja colocada, ideal ou materialmente, aposição própria sobre o fundamento cotidiano duradouro: externamente, o estabelecimento da existência familiar ou, pelo menos, da existência saturada, em lugar das

“missões” estranhas para com a família e para com a economia, e isolada do mundo.

Em caso de necessidade de “transição política” podem ser eleitos e/ou apontada pelo líder anterior uma nova personalidade para papel de líder da comunidade. Em caso de um quadro administrativo:

Somente in *statu nascendi* e enquanto o senhor carismático rege de modo genuinamente extraordinário, pode o quadro administrativo viver com este senhor, reconhecido por fé e entusiasmo, de forma micênica ou em função de espólio ou receitas ocasionais. Somente a pequena camada de discípulos ou sequazes entusiasmados dispõe-se a viver dessa maneira, coloca sua vida em serviço de sua ‘vocação’, de modo apenas ‘ideal’. A grande maioria quer fazê-lo (ao longo do tempo) também de modo material, e tem de fazê-lo, para não desaparecer (WEBER, 2012, p. 164).

O que há há uma espécie de recrutamento dos adeptos por meio de “normas de educa  o” ou, então, “normas de prova”. Também pode se tornar tradicional, quando envolve hereditariedade e na qual se realiza apropria  o dos poderes de mando por parte de um novo líder. Tanto em um caso como no outro podem ocorrer negocia  es que envolvam aloca  o de recursos

e prebendas, que influenciarão a escolha do líder. Em todo caso, há grande probabilidade de lutas internas dentro da comunidade carismática.

2.3 CARISMA E DITADURA

Considerando o que em parte foi já foi exposto mais acima, a dominação carismática pode assumir múltiplas maneiras de manifestação. Antes da sua rotinização, em que ela passa a se materializar, em forma de regimes tradicionais ou, então, em uma forma burocrática/legal, sua mecânica, muitas vezes, assume conotações ditatoriais.

Weber acreditava que essa forma de dominação era compatível com um sistema político moderno e democrático. Porém, como se pretende demonstrar, a dominação carismática pode acabar por entrar em conflito direto com estruturas legais, solapando o funcionamento dessas. Nesse sentido, durante o refluxo decorrente do período pós-segunda guerra, Lepsisus (2013) tentou pensar o fenômeno carismático atrelado ao domínio ditatorial tal qual se apresentou na Alemanha nacional-socialista.

Como aponta esse autor, a dominação carismática tende a apresentar contornos, que vão além de descrições psicologizantes (como a escola de Frankfurt tenta apresentar através da personalidade autoritária), adquirindo contornos sociológicos. Logo, ela assume duas características essenciais. A primeira é a sua constância, atrelada ao reconhecimento das qualidades pessoais do líder, formando uma relação de “bilateralidade” sempre relativa aos dominados (que aceitam o carisma do líder). A segunda é que ela suspende os padrões normativos, sejam eles legais/burocráticos ou tradicionais:

A relação carismática cria para si mesma, uma posição de poder distinta [de tipo afetiva e personalizada] que está além e acima das formas de autoridade existentes [tradicionais ou legais]. Ou, para colocar em termos weberianos, ela é revolucionária (SELL, 2013, p. 27).

Tanto Lepsius quanto Kershaw apontam que esta relação cria (em consonância com Weber) *comunidades emocionais* próximas ao líder. Essas comunidades são unidas a este por vínculos de lealdade e clientelismo (o que estava muito presente em relação a Hitler e seu entourage), criando segmentação e múltiplas

estruturas de poder que buscam legitimidade no próprio carisma do líder. Quando o líder perde a legitimidade vinculada ao seu carisma, essas estruturas perdem suas razões de ser, dissipando-se de maneira quase espontânea.

Como se pode ver mais a frente, o partido nacional-socialista se desenvolveu dentro de um contexto, em que as instituições da república de Weimar estavam em crise, sendo deslegitimadas por vários grupos políticos (não somente pela extrema-direita). Dentro desse contexto, já é possível encontrar no que Michael Mann chama de paramilitarismo, nacionalismo orgânico e o culto ao Estado, isso tudo criando aquilo que Lepsius chama de “situação carismática latente” (SELL, 2013, p. 29). Aos olhos do movimento nacional-socialista, Hitler se apresentava como a única maneira de superar a crise de liderança na Alemanha, dentro de uma tradição política de cunho personalista e autoritária:

Tal processo exige [...] que se obtenha uma nova definição da situação [dimensão do discurso] que propugne o abandono das instituições existentes e exija a superação da crise mediante o recurso a novos valores. A crise precisa ser encenada de tal forma que a percepção da missão redentora do líder apareça como a única alternativa possível. O recurso às

eleições é fundamental nesta construção, pois ele encena a comprovação do carisma do líder. Nesta fase o que temos, em regra, é um *movimento carismático* que, pela lente de Weber, Lepsius entende marcado pela existência da “seita” [partido] e do seu líder (SELL, 2013, p. 29).

Por fim, o regime nacional-socialista criou múltiplas estruturas (que serão vistas mais a frente), duplicando e copiando as estruturas legais/burocráticas e formando uma espécie de “policracia”, em outros termos, criando e seguindo uma lógica “monocrática carismática” submetida à imagem e aos mandos do líder, sendo este considerado a encarnação da ideia. Um dos pontos da discussão historiográfica é quanto o regime era de fato uma “policracia” e o papel da liderança carismática que o líder exercia. Kershaw vai ressaltar, como será exposto mais a frente, que Hitler tendia a criar estruturas burocráticas em forma de departamentos e que estes competiam entre si, na tentativa de atingir as vagas metas estabelecidas pelo Führer. Por hora, apresenta-se o debate historiográfico focando Kershaw e as diversas linhas de inquirição em relação ao regime e o papel da liderança de Hitler.

3 IAN KERSHAW E O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O NACIONAL-SOCIALISMO

Nesse capítulo são abordados alguns autores, que estão relacionados ao debate no qual Kershaw dialoga em específico. Esses mesmos não constituem a totalidade do universo desse campo de estudos, mas são essenciais para compreender o contexto no qual o autor dialoga e a tradição intelectual em que ele está inserido.

3.1 CORRENTE ESTRUTURALISTA

Durante todas as décadas de 1950 e 1960, o estruturalismo foi considerado a vanguarda dos estudos históricos a respeito do nacional-socialismo. Na corrente estruturalista duas linhas se destacaram como se expõe a seguir.

3.1.1 Estruturalista marxista

Poulantzas foi um autor prolixo em relação ao tema, estabelecendo um cânone clássico de obras a respeito do fascismo e o papel do marxismo frente ao

dilema. Sua principal obra em relação ao tema seria “Fascismo e Ditadura” (1970). Ele também deve ser encarado como um típico representante da tendência estruturalista, em termos de análise do fascismo e sua clientela. Em específico, ele enxerga o fenômeno em termos de uma variedade de Estado capitalista monopolista, impulsionado pelos cálculos de uma elite política e econômica burguesa e/ou aristocrática. Os grandes cartéis ameaçados pelo espectro da revolução social decorrente das crises políticas e econômicas adotam o fascismo como uma espécie de bonapartismo, porém com especificidades.

Em termos de ascensão do fascismo, Poulantzas tenta mapear uma pluralidade de tendências e comportamentos das classes envolvidas no jogo político da época. Em termos de etapas, primeiramente se tem uma crise propriamente do capitalismo e a necessidade de estabilização do sistema, tornando viável aos olhos da grande capitalista alternativa autoritária. A burguesia vai à ofensiva (usando a expressão de Mao) em busca de uma base de massas capaz de manter o “dispositivo econômico” operando. O fascismo permite essa base, tornando-se propício para a tarefa. O embate é inevitável com classe operária e se dá por duas vias: confronto

direto ou cooptação por meio da força ideológica do movimento. Após a vitória, o partido penetra nos dispositivos ideológicos de Estado impondo sua própria ideologia e criando outros dispositivos. Isso tudo em um ambiente de exceção, no qual não há uma demarcação clara entre público e privado.

Quanto às clientelas massificadas é, principalmente, a pequena burguesia, que se sente atraída pelos pontos ideológicos do “movimento”, como a hostilidade oportunista ao grande capital e ao comunismo. Uma vez que o movimento chega ao poder, sua ideologia acaba sendo absorvida pela elite dominante do partido sob uma nova orientação, gerando uma mescla que pode ser exprimida pelo estado corporativista. Quanto aos operários, àqueles que estiverem mais próximos da pequena burguesia e adotarem seus *ethos*, estes se tornam mais propícios a virarem parte do movimento. Já camponeses têm um comportamento parecido com o relatado em 18 de Brumário do Marx, eles são alvo preferencial do fascismo no campo, justamente pelo seu caráter conservador e pela hegemonia do *junkers* como proponentes de ideologias hegemônicas em seu meio.

O autor também gasta boa parte do tempo em “Fascismo e Ditadura” (1970), analisando o papel da terceira internacional frente ao fascismo e o comportamento dos atores políticos vinculado à esquerda – partido social-democrata e comunista. Para ele, o que mais chama atenção se mostra como o erro de avaliação da ascensão do fascismo e as determinações segregacionistas da terceira internacional dos trabalhadores. Cita um amplo leque de autores, em especial Trotsky, Kautsky e Lenin.

Hobsbawn (1994), em sua “Era dos Extremos”, adota a análise de Poulantzas com algumas modificações em parte inspiradas por Kershaw e os avanços historiográficos da década de 1990. Contudo, em seu cerne permanece o mesmo, pois o fascismo é interpretado como um fenômeno subordinado às estruturas políticas e econômicas do período, e seus líderes como produtos necessários das mesmas. Já na década de 1960 essa abordagem começa a ser questionada por Hans Mommsen e, depois por Ian Kershaw e Joachim Fest.

3.1.2 Estruturalismo de Hans Mommsen

Neto do historiador Theodor Mommsen (1817-1903), Hans Mommsen (1930-) tem uma obra extensa a respeito do período nacional-socialista. Sua inclinação política pode ser considerada de esquerda e seu enfoque estruturalista, mas sem apelar como Poulantzas ao marxismo clássico. A tese mais famosa e sobre a qual se irá concentrar o estudo seria do *“ditador fraco”*, em que o estilo de liderança de Hitler e próprio funcionamento do partido contribuíram para autodestruição do regime durante os anos de guerra.

[...] A ditadura nazista foi caracterizada pela inerente tendência a autodestruição. Não tanto em expandir as prerrogativas governamentais por meios burocráticos como progressivamente minar essas mesmas instituições públicas com o uso arbitrário do poder. A aceleração da fragmentação do aparato administrativo foi aumentada rapidamente pela formação de um novo independente corpo controlado pelo partido e promovendo sua própria agenda. Com esse procedimento de criar agências *ad hoc*, aumentou a curto termo a eficiência, mas também levou a dissolução da unidade e autoridade do governo (MOMMSEN, 2003, p. 75).

O conceito de “radicalização acumulativa”, mais tarde adotado por Kershaw, foi cunhado por Mommsen já na década de 1960, em uma tentativa de explicar o Holocausto. Segundo suas asserções, com as quais Kershaw concorda, o Holocausto não foi fruto de uma ordem direta, ao contrário, foi fruto de uma ideologia vaga que estabelecia diretrizes seguidas com zelo pelos servidores civis e membros do partido. Isso porque o estilo de liderança pessoal do ditador nacional socialista poderia ser considerado hesitante, alicerçado sempre no distanciamento entre ele e as camadas burocráticas do partido e Estado alemão, o que o tornava uma espécie de “ditador fraco” sem uma intenção final explícita.

Como fator agravante, a desorganização do partido, estimulada pelo próprio Hitler contribuiu ainda mais para o caos administrativo crescente depois da “tomada de 1933”. A ideologia nacional-nacionalista proporcionava ideias muito fortes com conotações vagas, que não forneciam uma base racional, inserida em uma rotina admirativa de um estado tão complexo como o alemão. Logo, em meio ao caos burocrático instalado na Alemanha e com a pressão da guerra, o Holocausto não seria fruto de uma vontade direta e focalizada em diretrizes explícitas.

A redução da política a matéria de pura lealdade pessoal foi bem eficiente durante o período em que o partido lutou pelo poder, o assim chamado '*Kampfzeit*' quando todas as energias poderiam estar concentradas na contínua campanha pelas eleições e mobilizações de massa. Mas essas qualidades eram bem menos necessárias quando o NSDAP assumiu o poder onde uma funcionalidade superior preencheu primariamente as tarefas administrativas. Mais que isso, em longo prazo, não poderia ser reconciliada com nenhuma continuidade governamental e coordenação (MOMMSEN, 2003, p. 80)

Seguindo a linha de outros historiadores e analistas do tema, como Martin Brozast, Mommsen opta por uma abordagem estruturalista por considerar que o Terceiro Reich seria um conjunto de burocracias em competição entre si e focando-se nas instituições. Essa competição gerou uma dinâmica de total descontrole, que levou a uma espécie de radicalização e erosão das estruturas administrativas. Porém, ao contrário de Ian Kershaw, Mommsen não utiliza para isso um ferramental teórico weberiano e não considera o papel das lideranças próximas ao próprio Hitler. Ao invés, ele enfatiza a base do regime e os setores departamentais menores, tanto civis quanto militares.

Essa abordagem encontrou forte crítica de outras linhas que estudam o nacional-socialismo. Para os

internacionalistas como Karl Dietrich Bracher, Andreas Hilgruber e outros – aqueles que superdimensionam o papel da liderança de Hitler e da sua ideologia – Mommsen não deu o enfoque necessário para o carisma hitleriano e ao papel de sua liderança por detrás do regime. Outros acreditam que ele falhou em focar as iniciativas do vértice da pirâmide burocrática do regime, o que torna difícil explicar, por exemplo, o funcionamento da política externa do terceiro Reich. E por fim, há aqueles que observam a equivalência que Mommsen faz entre os valores da burocracia do partido e do estado alemão. Enfim, seus detratores concluem que sua construção do período hitlerista não explica de fato o papel de Hitler dentro do Holocausto, ao invés disso, mostra na realidade uma espécie de estado policrático, mergulhado em uma espiral de radicalização, baseada em diretrizes vagas por uma liderança fraca.

Com base nesse entendimento, a análise de Kershaw é em muito tributária da de Mommsen, concordando em muitos aspectos com a do segundo. Porém, Kershaw baliza que Hitler tinha sim algum poder de mando, mas que esse passava pelas altas lideranças nazistas, que estavam próximas dele, ou seja, sua comunidade carismática. Aqui se tem um processo de

negociação e um jogo de interesses de vários setores, em uma competição aberta para concretizar as vagas diretrizes do “Führer”. Logo, Kershaw pode ser considerado como um moderado, mostrando que a interferência de Hitler ocorria sim, porém de maneira mitigada com outros atores dentro contexto interno do regime.

3.1.3 O estruturalismo Weberiano de Hans-Ulrich Wehler

Dentro das abordagens estruturalistas, Weber também foi empregado na análise do nacional-socialismo. Um dos historiadores, que lançou mão dessas ferramentas, foi Hans-Ulrich Wehler com uma obra extensa voltada para a questão da modernização da Alemanha desde a sua reunificação em 1871.

Wehler é o líder do movimento intelectual conhecido como “escola de Bielefeld”, formada por um grupo de historiadores, que tendiam a privilegiar o aporte heurístico fornecido pelas ciências sociais na análise historiográfica. Sua obra, já na década de 1950-60 estava alocada na “história da sociedade” (*Gesellschaftsgeschichte*), focando-se em estruturas em

detrimento do até então tradicional modelo centrado em eventos políticos e grandes personalidades. Sua principal obra é conhecida por “*Deutsche Gesellschaftsgeschichte*” (1987-) de cinco volumes, em que aborda temas como: demografia, economia e equidade social. Nessa obra, além de fazer uma síntese de historiadores famosos como Leopold Ranke, também aborda Karl Marx usando de conceitos desenvolvidos por Weber como burocracia, carisma, autoridade e cultura. Isso tudo leva ao que se poderia chamar de “história total”.

Uma das suas interpretações sobre o processo de modernização ficou famosa, sendo conhecida como: “*Sonderweg*” (caminho escolhido), apontado como origem ideológica do nazismo. Para ele, o processo de modernização, na Alemanha, falhou em democratizar o país por não desalojar do poder a velha elite prussiana, conhecida como “*Junker*”. Esta elite permaneceu no controle do Estado, principalmente do exército, antagonizando com as pressões de outros setores da sociedade civil como a burguesia. Esse domínio criou uma espécie de modernização autoritária, lançando uma mentalidade, que afetaria as relações de classe (*Klassenhabitus*). Essa mesma mentalidade autoritária e

o próprio processo precário de modernização criou espaço para que o nacional-socialismo proliferasse. Weheler, então, usa o conceito de “dominação carismática” desenvolvido por Weber para compreender Hitler e o de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, (NSDAP). Apesar do enfoque mais cultural, Weheler é criticado pelos defensores da “virada cultural” dentro do campo historiográfico, por reduzir política a sociedade e indivíduos a estruturas.

Sobre o nacional-socialismo, Weheler criticou a abordagem de Ernest Nolte que equiparava os excessos da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial aos campos de concentração soviéticos. Weheler defendeu a tese de que os crimes do de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) são únicos, tendo uma lógica específica criada dentro do processo de modernização, sendo esta uma posição muito parecida como a Zygmunt Bauman. Outra polêmica seria sobre os crimes do exército alemão na invasão da URSS, em que Weheler defende que a culpa por tais atos também deve ser creditada ao exército alemão.

Enfim, sua abordagem pode ser considerada estruturalista, apesar de levar em conta o “carisma” de Hitler dentro do regime. Porém, o foco de suas

inquirições está voltado para o processo de modernização e não especificamente para o regime, exceto naquilo que explica a falha do mesmo processo. Sua obra é uma importante adição ao campo, sendo referencia no tema em questão.

3.2 CORRENTE LIBERAL INTENCIONALISTA

Dentro dessa corrente, Joachim Fest (1925-2006) teve um impacto profundo dentro dos estudos sobre nacional-socialismo, por ser um dos primeiros, junto com Mommsen, a ir contra a hegemonia marxista na explicação do fenômeno hitlerista e enfatizar a personalidade e poder de mando do ditador.

O nacional-socialismo, em visão de Fest, pode ser encarado como uma forma de resistência dentro de um período marcado pela rápida modernização e crescente integração da sociedade alemã com o restante dos países ocidentais. A emergência de Hitler seria uma reação ao processo, em que os agentes da modernização, como os judeus, ficaram constantemente sob ataque de uma ideologia, que misturava concepções medievais e místicas com uma espécie de modernização seletiva (voltada para a guerra). Por essa visão, Hitler

seria um amalgama da reação, encarnado desde muito cedo a ideias e a imagística de um tipo de escatologia romântica a anti-iluminista.

Hitler foi primeiro a criar um denominador comum a todo esse descontentamento que se manifestava tanto entre civis como no meio militar. Deu-lhe uma orientação e uma força combatente. De fato, sua personalidade surgia como a síntese de todas as angustias, pessimismos, queixas e sentimentos defensivos que definiam a época. A guerra fora para ele também uma busca por libertação, ela o amadureceu e, se existe algum tipo de padrão fascista, Hitler foi a encarnação dele. Nenhum dos partidários que passou a recrutar rapidamente, depois de um início hesitante, chegou a exprimir como ele, nos planos psicológico, social ou ideológico, os traços instintivos essenciais do movimento, nunca se contentou em se somente o Führer, foi sempre seu expoente (FEST, 2005, p. 105).

Em seu primeiro trabalho de monta, a biografia sobre Hitler (1973), Fest enfoca nas capacidades de manipulação e articulação do ditador. Este é superdimensionado, como uma figura austera e centralizadora, guiando com mão de ferro o partido e o Estado alemão. A tendência “boemia” de líder nazista fica em segundo plano e seu entorno fica submetido aos seus mandos até mesmo de forma passiva. Assim, o

retrato que Fest faz de Hitler seria a de um “líder forte”, dotado de habilidades políticas extraordinárias, mas com uma personalidade pequena e inexpressiva.

A perspectiva que se tem observa as mudanças que a Biografia de Kershaw lança nos estudos e debates históricos do período, o trabalho de Fest não contempla os fatores sociológicos do regime nacional-socialista e das “engrenagens” de poder e mando. Tudo fica em planos psicologizantes, sob um domínio muito forte das habilidades políticas do líder, mas sem levar em conta o comportamento dos outros atores, sejam eles do movimento, setores da sociedade civil, burocratas e militares. Como o próprio Fest justifica, falando sobre os enfoques sociológicos posteriores:

Hitler, todavia, foi sempre mais do que isto, e o problema consiste exatamente nas circunstâncias e na forma como elas o teriam dobrado, não obstante sua própria vontade e loucura. Pode ser, afinal, que apesar de seu extraordinário poder ante as circunstâncias e ante as condições da época, venha-se a confirmar Hitler como ‘figura nula’ na produção daquela ruptura histórica e daquele ceticismo extremo que penetrou a consciência de todos. Ele e seu regime foram definidos como um ‘choque cultural’. A definição é muito fraca: Hitler perpetró uma obra de destruição colossal, chegando ao extermínio de homens,

idades, países, além de valores, tradições e estilos de vida (FEST, 2005, p. 17).

Para fins de compreensão, se estará remetendo, ocasionalmente, a Fest nesta explicação do retrato que Kershaw faz do carisma e da comunidade carismática no próximo capítulo. Por hora, apenas se explanará a seguir sobre como Kershaw está inserido no debate e quais são suas opiniões sobre as outras linhas e metodologias de pesquisa.

3.3 CORRENTE WEBERIANA PÓS-ESTRUTURALISTA: IAN KERSHAW

Ian Kershaw aponta o valor heurístico da análise das relações de poder dentro do regime e como “marca do Führer” se deu nas relações de decisões do regime. Kershaw gosta de enfatizar os ramos predecessores, caracterizando um como marxista-leninista, ao qual se expôs mais acima e outra a intencionalista de Fest, adotada no seu entender por “grupos de centro e direita” (KERSHAW, 1991). Assim, ele caracteriza dois ramos de analíticos, mas não fala propriamente de Mommsen, talvez como indício de sua proximidade. Fest ressalva que “historiador Ian Kershaw anunciou recentemente

uma biografia destinada a descrever a ascensão e conquistas do poder e o sistema de dominação de Hitler seria, em grande medida, o produto de condições sociais”. Ante as diversas interpretações, Ian Kershaw especifica seu ponto de vista:

Podemos começar pela aceitação inequívoca do lugar singular de Hitler no curso da história alemã entre 1933 e 1945. Teria um estado terrorista policialesco, sob domínio de Himmler e da SS, surgido sem ter Hitler como chefe de governo? Teria a discriminação contra os judeus culminado no genocídio, se houvesse um chefe de estado diferente? Em qualquer desses casos, parece sumamente improvável. Hitler, portanto, como se pode sugerir logo de saída, foi crucial nessa marcha dos acontecimentos. Contudo, na explicação histórica, tanto as intenções dos atores principais quanto as condições externas que promovem ou invalidam essas intenções tem uma importância central. As motivações, metas e intenções dos líderes políticos poderosos são de fato, de uma significação vital. Mas não estão “soltas no ar”. Tem que se exercer, na maioria das vezes, em circunstâncias que transcendem o controle e a manipulação de qualquer personagem histórico isolado, por maior que seja o poder político possuído por esse indivíduo (KERSHAW, 1993, p. 16).

De acordo com o autor, análise que segue busca primar tanto pelas realizações individuais de Hitler quanto pela colaboração e tolerância, dos erros de

avaliação e da riqueza dos outros, que detinham posições de poder e influência. As ações de terceiros, bem como as condições que moldaram essas ações são, também, de importância vital. A figura do Führer e seu poder símbolo para com os correligionários do “movimento” estão inseridos dentro da análise de Ian Kershaw. Tem-se, então, um panorama holístico quanto às formas de interação políticas dentro do cenário da ditadura nacional-socialista.

Por “poder” o autor entende a noção weberiana, em que o ator pode impor sua vontade a despeito de uma resistência encontrada. O estado moderno tem uma série de bases de poder interligadas (ideológico, militar e econômico), mas relativamente autônomas que podem, em conjunto ou isoladamente, sustentar uma forma vigente de dominação política. Dentro do jogo político do terceiro Reich poderiam existir diversos polos de poder, que não necessariamente, estavam em harmonia com a conjuntura do momento, como por exemplo, o ganho de influência de um setor das elites em relação ao sistema democrático no início do terceiro Reich.

Kershaw resgata a categoria da dominação carismática, em que o poder político do líder acaba por eclipsar as outras formas – legal e tradicional. Tende a

surgir em situações de crise, devido à impossibilidade do líder de atender as expectativas, ou por rotinizar em um sistema que só seja capaz de se reproduzir por meio da eliminação, subordinação ou subjunção da essência carismática, seguindo a lógica dita no capítulo anterior.

Embora Max Weber tenha escrito antes do aparecimento de Hitler no cenário político, seu conceito de dominação carismática tem implicações relativas às origens e ao exercício do poder de Hitler. É valioso para compreendermos o caráter das bases do poder de Hitler dentro do movimento nazista e o impacto corrosivo desse poder ao superposto a uma forma contraditória de dominação – o arcabouço legal e burocrático do aparelho de Estado alemão (KERSHAW, 1993, p.18).

A materialização do poder carismático, naturalmente, é difícil de se concretizar, mas no caso da república de Weimar, é plausível afirmar que ele existiu em um estado capitalista em crise, como a maioria dos analistas observa. O tipo ideal carismático contém, assim, importante conotação na análise dos regimes fascistas em geral:

No moderno sistema capitalista de Estado, o poder político geralmente repousa na ocupação de determinado cargo e na função desempenhada por esse cargo. Trata-se, basicamente, de um poder

impessoal. O exercício burocrático e impessoal do poder que se fundamenta numa base de normas legais igualmente impessoais é o cerne do que Max Weber delineou como sendo o esteio da dominação “legal-racional”. Todavia, no contexto de uma crise socioeconômica da escala da que afetou a Alemanha no início dos anos trinta, a qual – envolvendo um sistema político que, desde o início, nunca fora inteiramente aceito por importantes setores da sociedade alemã – evoluiu rapidamente para uma crise do próprio estado, essa mesma base impessoal do exercício funcional do poder pode sofrer um ataque frontal e ser execrada pelos que julgavam mais ter sofrido com ela. A consequência foi a violenta guinada, na crise terminal da República de Weimar, para uma disposição muito difundida (se bem que longe de ser universal) de aceitar um sistema de governo inteiramente diferente, baseado no exercício do poder pessoal associado à responsabilidade pessoal. Esse suposto sistema pode ser descrito pelo conceito de “dominação carismática” (KERSHAW, 1993, p.19).

A figura do suposto “herói” assume proporções dantescas, dentro de um panteão nacional que possui entre outras figuras: Bismark, Goethe e Beethoven. A política é “heroificada”, em que figuras tradicionais são mitificadas em um ideal de glorificação do Reich alemão (uma situação carismática latente). Hitler, para a direita alemã, restituiria o Reich da grandeza de seus antepassados, o que adquiriu conotações místicas.

Kershaw retrata que dentro do círculo próximo de Hitler, o culto a pessoa do mesmo era pronunciado como se pode a seguir, em que as relações entre seus membros eram mais de caráter feudal, baseado na lealdade, do que por sua posição como líder do partido, o que uma caracterização tipicamente weberiana como visto acima. Ao nível de organizações, a figura do führer era cultuada pelos que deviam a sua existência política ao mesmo, como as SS e a SA. Havia também os simples seguidores populares que forneciam a plataforma sua popularidade. Por fim, o autor ressalta como o tipo carismático degastou a dominação racional, culminando na “fúria assassina da comunidade carismática”. Tendo isso em mente, o próximo capítulo estará concentrado na “imagem” que Kershaw criou em relação ao “carismático” e seu regime.

4 O CARISMA PESSOAL DE HITLER E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CARISMÁTICA

Neste capítulo se aborda o conteúdo da obra de Ian Kershaw primando por um enquadramento mais geral do nacional-socialismo, com suas origens e como vertente específica do fascismo. Nessa seção e nos próximos capítulos se passa por uma análise pormenorizada da construção conceitual de Kershaw. Não se segue o caminho mais atado à vida do carismático, ao invés, contenta-se em expor os elementos que são considerados relevantes do ponto de vista sociológico.

4.1 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DE HITLER

Para fins de estudo sociológico, não se precisa voltar para desde o início da vida de Hitler em Braunau am Inn em fins do século XIX. O que interessa, levando em conta que a formação ideológica de Hitler remonta aos anos em Viena, seria o período de maturação de visão de mundo de sistematização das crenças que a constituíam.

Deve-se, inicialmente, não supervalorizar a personalidade de Hitler, mas também não deve esta ser ignorada. Ela teve impacto, inicialmente, na “comunidade carismática” formada por seus seguidores mais próximos. Sua fascinação se dava pela capacidade de agitar as massas e suas convicções políticas. O último fator, somado ao seu credo político fez dele uma figura de extraordinário dinamismo.

Por detrás de um vago apelo missionário, surgia um conjunto de ideias articuladas que poderiam ser chamadas de uma ideologia coesa. Foram elas que forneceram uma visão universal de mundo, dando-lhe um “fervor missionário” de que seu caminho era o certo. A essência da visão de mundo de Hitler era encabeçada pela luta racial, antissemitismo, espaço-vital (*Lebensraum*) a custa da Rússia e apelo contra o marxismo.

Fora as explicações psicologizantes, sua estada em Viena e suas frustrações pessoais que contribuíram, ainda mais, para que ele se tornasse suscetível ao apelo racista e antimarxista da época. Para isso se deve lembrar que a Viena desse período era uma capital cosmopolita dentro de um Estado pluriétnico. Nesse ambiente, antissemitas encontravam solo fértil para suas

ideias, como foi o caso de Georg Von Schonerer e Karl Lueger. O primeiro era um agitador antissemita notório que tinha um ódio visceral por minorias, pregando a superioridade germânica dentro da Áustria. Já Karl Lueger foi um demagogo antissemita, que teve sucesso político relativo, virando prefeito de Viena na primeira década do século XX. Entre as técnicas de Lueger estava a manipulação de massas e uso pragmático de suas ideias visando à manutenção do poder. Hitler também simpatizava com Karl Hermann Wolf, fundador do partido radical alemão, que tinha sua base nos Sudetos e pregava a união com a Alemanha imperial.

Porém, tudo isso formava uma rede esgarçada de crenças sem sistematização e de conteúdo superficial. Durante esse período, Hitler não se envolvia com política e tinha ojeriza aos movimentos, que agitavam a cosmopolita Viena da época. Foi a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa que influenciaram decisivamente sua visão de mundo. Ele serviu como voluntário no 16º regimento bávaro de infantaria da reserva, mais conhecido como regimento List. Essa foi uma experiência formadora do seu caráter, criando em sua mente uma imagística da violência aliada como visão mística wagneriana de heroísmo e sacrifício.

A Alemanha perdeu a guerra e com ela veio a “revolução de outubro”, que marcou o início da República de Weimar, mais considerada pelo opróbrio da derrota, a nova república foi deslegitimada aos olhos de muitos observadores, já para Hitler, ela e os judeus eram os principais culpados pelas dificuldades da Alemanha nos pós-guerra. Após a guerra, por meio de cursos de formação ideológica, que tendiam a alinhar os soldados com os “valores da instituição”, Hitler tem sua visão de mundo mais sistematizada, mas não inteiramente formada. Também, durante sua estada no exército, ele teve contato com teoria econômica, história alemã e teoria marxista.

Hitler teve uma primeira demonstração de sua habilidade retórica durante esse tipo de curso, durante a palestra de Gottfried Feder (mais tarde ideólogo econômico do NSDAP), quando um dos convidados questionou Feder sobre o antissemitismo de suas teses. Hitler defendeu Feder e Mayr o selecionou para ser ‘oficial educativo’ (*Bildungsoffizier*) pela sua habilidade retórica.

Entre suas atribuições, Hitler foi escalonado para se infiltrar em grupos de extrema-direita *Volkish*, em uma tentativa de integrar esses mesmos aos grupos

conservadores e golpistas dentro das forças armadas. Foi assim que ele conheceu o DAP ou Partido dos Trabalhadores Alemães, um pequeno partido ligado à “Sociedade de Thule”, um dos vários círculos conservadores da Munique da época. Acabou por se filiar em 1919 como 555º membro, sendo que o conjunto de ideias do DAP em nada diferia de outros grupos de extrema-direita da época.

Foi durante esse período que conheceu dois autores: Max Scheubner-Richter e Alfred Rosenberg. O segundo passou a integrar o séquito mais próximo de Hitler, na qualidade de emigrado russo branco, sendo que considerava a luta contra o judaísmo “desalmado” como pré-requisito de uma revolução verdadeira, pois a emergência de novos líderes consolidaria um novo socialismo, baseado na raça ariana. Tanto Richter como Rosenberg o levaram a associar o judaísmo ao bolchevismo.

As modificações da visão de mundo de Hitler entre 1919 e 1924 podem ser acompanhadas em seus discursos e textos desse período. Sob influência de Rosenberg e Scheubner-Richter a relação do antissemitismo com o antimarxismo no pensamento de Hitler passou por transformações durante esses anos. Embora as duas linhas de pensamento há

muito se fizessem presentes em sua mente — com predomínio do antissemitismo — só nesse período é que se combinaram de maneira sistemática, através da imagem catalisadora da Rússia bolchevique (KERSHAW, 1993, p.30)

No entanto, não somente o judaísmo estava associado ao marxismo, como também ao grande capital financeiro. Nos primeiros discursos, ele fazia distinção entre capital industrial, que era visto positivamente e o “danoso” capital financeiro judaico. Com a revolução russa, ele passou a condenar o “bolchevismo judaico”, que na sua visão, seria exterminado por uma Alemanha atuante. Em junho de 1920, ele combinava explicitamente as imagens do bolchevismo, marxismo e da Rússia como componentes da conspiração judaica. Em 1922, seu antissemitismo havia atingindo o ponto culminante, que dominaria sua visão até o resto de sua vida.

Ao término de *Mein Kampf*, a visão de mundo de Hitler estava consolidada, uma vez que ele virava de “cabeça para baixo” as crenças marxistas nas forças socioeconômicas, sendo que entendia o desenvolvimento histórico pela constante luta entre raças. O “sangue judaico” acabou por “contaminar as raças superiores”, o judeu “escravizara a raça superior

alemã”. Os judeus também enfraqueceram o estado russo, que estava pronto para o colapso, cabendo ao povo alemão liquidar o mesmo. Foi durante esse período, segundo Kershaw, que ele passou a ser a encarnação da ideia viva de arauto a espera da vinda do grande líder para o messias em si.

Hitler via a si mesmo como a mais rara das combinações: idealizador (ou teorizador) e o político (executor da ideia), fato esse que a mais ínfima minoria compreende. A doutrina não era, pois, simplesmente uma questão de compreensão passiva. Sua visão de mundo proporcionava uma dinâmica interna. Hitler falou repetidamente de sua “missão”; viu em seu trabalho, cada vez mais, a mão da providência; em *Mein Kampf*, invocou a ajuda de Deus em sua luta contra os judeus. Considerava-se comprometido contra o “bolchevismo judaico” e finalmente se tornou rapidamente, com a invasão da união soviética em junho de 1941, esse foi para Hitler – e não apenas para ele -o auge dessa ideia de cruzada (KERSHAW, 1993, p.37).

Também a própria concepção do seu papel dentro do movimento havia mudado. Após o Putsh de 1923, ele passa a ser o salvador que Alemanha

supostamente estava esperando². A liderança heroica “que agora reivindicava para si foi uma invenção de seus seguidores ante que ele se visse nesse papel” (KERSHAW, 2010, p. 190). Assim, quando solto em dezembro de 1924, sua visão ideológica estava consolidada.

4.2 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CARISMÁTICA E PRIMEIROS ANOS DE LUTA

Observa-se que a comunidade carismática se formou relativamente cedo, com poucas exceções e teve poucos “expurgos” até a queda do nacional-socialismo em 1945. O único caso mais gritante foi o da “noite das facas longas” em 1934, que ocorreu mais sob pressão de grupos conservadores e setores das forças armadas alemães do que uma necessidade originada pelo próprio Hitler. Havia, então, um grupo de verdadeiros fiéis que estavam ligados por uma imagística do líder e do seu

² Landsberg (...) foi um momento de racionalização da “visão de mundo” que Hitler vinha desenvolvendo desde de 1919 e que modificou, de certo modo significativo, no ano anterior ao putsh (KERSHAW, 2010, p. 179).

carisma, mas que competiam entre si pelos benefícios ligados ao mando de Hitler. Nesse sentido, o poder carismático:

[...] originava-se somente em parte do próprio Hitler. E maior medida, era um produto social – uma criação de expectativas e motivações sociais investidas em Hitler por seus seguidores. Isso não significa que ações dele, no contexto de seu poder em expansão de maior importância nos momentos cruciais. Mas o impacto de seu poder precisa ser visto, em larga medida, não e como qualquer atributo específico de “personalidade”, mas em seu papel de Führer, um papel que se tornou possível somente mediante a submissão, os erros, as fraquezas e a colaboração dos outros (KERSHAW, 2010, p. 30).

Eles também não somente se beneficiavam da figura de Hitler, também proporcionavam contatos importantes com diversos setores conservadores ligados a grupos de interesse. Foi o caso de Dietrich Eckart, um dos ideólogos de Hitler e que tinha ligações com o salão de Frau Hanfstaengl. Foi por meio desses contatos que se deu a compra do primeiro jornal do partido “*Völkischer Beobachter*” por 60 mil marcos. Foi também nesse período que Julius Streicher foi incorporado ao partido.

Ernst Rohm, por seu lado, permitiu a criação do primeiro braço armado do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), a SA (*Sturmabteilung*) em 1921. Mais conhecido como “rei da metralhadora”, Rohm tinha contatos com amplas esferas das forças armadas, desviando recursos para grupos paramilitares localizados em Munique. Sua rede se estendia até mesmo a Wolfgang Kapp, organizador de um golpe fracassado, em Berlim, em 1920. Foi também durante esse período que Ludendorff emigrou para Bavária, então lar de vários grupos conservadores de extrema-direita. Tanto Ludendorff quanto Rohm seriam futuros rivais de Hitler dentro do campo político nacional-socialista.

Outras figuras vieram com a expansão das redes de contatos proporcionadas por outros membros da comunidade. Foi o caso de Hermann Göring, apresentado a Hitler em um dos vários círculos *Volkisch*, sobre a rubrica de “ás de guerra”. Ele tinha uma vida pessoal relativamente agitada e se juntou ao partido por uma questão de ideologia e de “camaradagem de trincheira”. Ficaria conhecido, posteriormente, como uma das figuras mais corruptas do regime.

Assim como Göring, Rudolf Hess se juntou ao partido por uma questão de identificação com os princípios ideológicos do partido. Ele era integrante da sociedade de Thule e ainda estudante de geopolítica com o professor Karl Haushofer, e ficou literalmente “encantado” com a estranha figura de Hitler, o considerando um indivíduo de “decência incomum”. Foi um dos seguidores que se juntou a Hitler no cárcere, após o golpe fracassado de 1923. Heinrich Himmler que, inicialmente, fazia parte das brigadas livres e que se juntou ao partido, em 1923, como Reichsführer-SS em uma das poucas ocasiões em que o partido se misturou com outros grupos do mesmo campo ideológico.

Já Joseph Goebbels, que entrou no partido em 1922, inicialmente, se alinhou com “socialismo racial” dos irmãos Strasser, hegemônico na Renânia e Vestefália. Foi alvo de grandes esforços por parte de Hitler para uma “conversão” à visão de mundo tal qual expressa pelo *Mein Kampf*. Após a “conversão”, Goebbels provou ser um dos líderes mais ligados à figura de Hitler, cometendo suicídio com este, em 1945, durante a queda do regime.

Por fim se têm Wilhelm Frick e Albert Speer, ambos como produtos de uma educação superior de

respeitável quilate, por terem sido acompanhados do “filósofo” Goebbels. O primeiro tinha formação jurídica e foi eleito, pela primeira vez, deputado do Reichstag junto com os irmãos Strasser em 1925. Speer, ao contrário dos líderes tradicionais do círculo de Hitler, entrou no partido em 1931, em plena ascensão do movimento nacional-socialista ao poder. Além de alimentar os projetos arquitetônicos megalomaniacos de Hitler, ele atuou como ministro da economia durante a guerra. Assim, por volta de 1933, os vínculos já estavam consolidados em relação ao líder, formando o que se poderia chamar de comunidade carismática.

Central para esse núcleo da comunidade carismática foi o poder da personalidade de Hitler. E dominantes nessa personalidade foram a unicidade fanática de objetivos, a convicção ardorosa do profeta autodenominado e a autoconfiança do missionário. Para os membros mais próximos de seu séquito, sua proclamada união do idealizador e do político em sua própria pessoa conferiu a Hitler um status incontestável como encarnação da ideia e seu gênio (KERSHAW, 1993, p.41).

4.3 LUTA E TOMADA DO PODER

Três aspectos chamam a atenção da ascensão do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores

Alemães (NSDAP): o primeiro seria a adoção do ethos organizacional pelas diferentes correntes *Völkisch* na figura de Hitler. O segundo é a expansão do poder eleitoral dos nazistas para mais de um terço da população, muito além do tradicional eleitorado da direita. Terceiro, sobre como as elites se dispuseram a aceitar Hitler na “cadeira de chanceler” e adotar o padrão nacional-socialista.

Os movimentos autoritários estavam expostos a brigas internas e ao facciosismo por causa de lutas pelo poder. O movimento nacional-socialista não fugiu dessa norma, dado que o próprio Hitler provocou a primeira cisão em 1921. Mesmo depois de 1930, as brigas continuaram entre elas com dois motins consecutivos na SA, secessão de líderes como Otto Strasser e de seu irmão Gregor Strasser. O próprio corpo do partido era rotativo, como um movimento diversificado e com fortes tendências centrífugas

O que manteve o movimento unido foi a figura de Hitler e o culto à liderança. Sua figura se tornou base da organização partidária, com uma segmentação da comunidade carismática com a expansão do carisma de Hitler para um corpo mais amplo de fiéis.

O tema da personalidade e liderança, pouco enfatizado antes de 1923, passou a ser o fio condutor dos discursos e escritas de Hitler da segunda metade dos anos 1920. O povo, segundo ele, formava uma pirâmide. Em seu ápice estava o “gênio, o grande homem”. Depois do caos ocorrido no movimento Volkisch durante o “período sem liderança”, não surpreende que houvesse uma forte ênfase, em 1925 e 1926, no líder como unidade. O líder era o “ponto central” ou “preservador” da ideia. Isso exigia, como ele sublinhava com frequência, obediência e fidelidade dos seguidores. (KERSHAW, 2010).

Quanto às crises, a primeira já ocorre em 1921, isso porque Anton Drexler queria uma unificação entre as diferentes correntes Volkisch, coisa que Hitler rejeitou sob o temor de reduzir sua influência dentro dos quadros do partido. Hitler venceu por meio de manobras entre os líderes menores e Drexler acabou por sair do partido. A recusa do primeiro em chegar a um acordo seria marca manifesta de sua política dentro do partido como fora. O “putsh da cervejaria” foi mais ou menos contemporâneo às polêmicas com Drexler e a figura de Hitler saiu fortalecida com o julgamento. Porém, com o de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) prescrito, o movimento começou a dar sinais de fragmentação. Tem-se, então, uma segunda crise em 1926, com um racha entre a facção mais à esquerda do

movimento, em parte por causa do programa partidário e seus vestígios “socialistas”.

A adoção de um novo programa significaria não apenas a contínua negociabilidade da doutrina do partido, mas também – e esse era um ponto crucial – a concordância em que o próprio líder ficasse sujeito ao programa partidário. O poder de Hitler dentro do partido, que derivava, não do programa partidário, mas da personificação da ideia em sua visão seria fundamentalmente minada. A essência carismática do partido seria substituída por um programa no papel (KERSHAW, 1993, p.50).

Hitler rejeitou a alteração no programa, em uma reunião, em 14 de fevereiro de 1926, alegando que uma alteração significaria a mudança dentro do conteúdo ideológico do mesmo. E foi nessa reunião que Goebbels jurou fidelidade publicamente por volta de maio de 1926.

O período entre 1925-1929 foi marcado por grande crescimento econômico e declínio da direita Volkisch. Esse declínio acabou significando a unificação da extrema direita no de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), que continha cerca de 100.000 filiados. O culto a Hitler se expandiu para um círculo mais amplo, como se pode constatar na adoção da saudação “Heil Hitler” em 1930. O programa partidário

começou a entrar em segundo plano, sua adoção significava a aceitação dos pontos do Mein Kampf, que era personificado pelo próprio Hitler.

O próprio Hitler nunca havia acreditado que a homogeneidade do movimento pudesse ser preservada através de um programa rigoroso. O que exigia era um ato incondicional de fé num certo número de dogmas doutrinários frouxamente definidos, mas rigorosamente inflexivos, encarnados na pessoa de Hitler: o mundo como uma luta entre raças fracas e fortes, a seleção dos mais aptos e a necessidade de tornar a Alemanha novamente poderosa, de ficar livre dos judeus e lutar pelo espaço vital. Os pontos conducentes a dissensão eram minimizados sempre que possível. Hitler combinou a fixidez dos pontos básicos do dogma com o máximo de pragmatismo nas manobras políticas, mantendo-se fora das brigas internas sempre que possível. E guardou distância das forças socialmente mais radicais dentro do movimento, que tinham mais probidade de alienar do que conquistar o apoio necessário para atingir a meta que era pré-requisito de tudo mais: o controle do poder do Estado (KERSHAW, 1993, p. 53).

Dentro do partido, os líderes do movimento mais “próximos” de Hitler lutavam pelo poder e por méritos perante o Führer. No entanto, sua figura nunca foi questionada pelos mesmos, a luta se tratava mais por reconhecimento por mérito perante o líder. Quando

Gregor Strasser, o homem mais poderoso dentro do partido, após Hitler, resignou a autoridade de Hitler já era inquestionável, o apelo à lealdade pessoal mais uma vez se provou triunfante.

Embates sobre estratégia, disputas faccionais, rivalidades pessoais – tudo isso era endêmico no NSDAP. Os intermináveis conflitos e animosidades, em geral mais pessoais e táticos do que ideológicos, quase invariavelmente se detinham na figura de Hitler. Ele intervinha o mínimo possível. Na verdade, a rivalidade e a competição simplesmente lhe mostrava, segundo o seu conceito darwinista social de luta, quem entre os seus subordinados era o mais forte. Tampouco fazia esforço para conciliar nuances ideológicas dentro do partido, exceto se ameaçassem se tornar contraproducentes por desviar a luta pelo poder mediante a mobilização das massas. O culto ao Führer era aceito porque oferecia a todas as partes o único remédio para isso (KERSHAW, 2010, p. 219).

Seu apelo encontrou fundo por meio de uma intensiva propaganda de massa, pois a construção da imagem do Führer foi tão vital como a predisposição em aceitar a mesma. Nesse sentido, o partido foi se ramificando com o tempo para acolher interesses mais imediatos de grupos específicos. A figura de Hitler também surgiu com uma importância para canalização

das causas motivadoras da adesão ao partido. Para aqueles que estavam sujeitos ao apelo da figura de Hitler, ele oferecia um futuro “heroico” para a nação alemã regenerada, renascida das cinzas da “destruição total” da antiga ordem. A construção da figura do inimigo permeava as promessas de futuro, já os inimigos do povo não seriam apenas banidos como “exterminados”.

Na construção do apoio das massas, o que se revelou decisivo foi menos uma doutrina nazista intrínseca do que o estilo de articulação e representação dos modos, das fobias e das expectativas nebulosas que eram muito mais genericamente preponderantes do que no tradicional apoio nuclear da direita Volkisch. Quanto à questão de representar, Hitler era inigualável (KERSHAW, 1993, p.56).

A sua atuação como demagogo, aos poucos, angariou apoio dos que se deixavam levar pelo “futuro messiânico” que prometia. A aura que a propaganda nazista criava tornava as mensagens nazistas mais profundas, se assemelhando mais a um congresso evangélico do que um comício convencional. Hitler dava grande importância à agitação, pois as qualidades da sua liderança tornavam mais aparentes, isso em desprezo ao teorizador.

Uma observação há de ser feita: não se podem ignorar as condições externas que favoreceram sua ascensão, como a crise de 1929, colapso governamental, desintegração dos partidos e a disponibilidade do “mercado de massas”. O perfil eleitoral nazista era mais forte entre os protestantes, no interior do que e em cidades maiores havia grandes contingentes da classe operária, em contraste com os bairros de classe média. A idade mais provável entre os simpatizantes do nazismo era entre os jovens, que se identificavam com o espírito militar de suas fileiras. Em síntese, o eleitorado era diversificado, com um corpo de seguidores fortes até 1933, o partido somente ganhou a totalidade das massas após o completo silenciamento da oposição pelos órgãos repressivos.

Com o decorrer de 1929, o movimento passou a ganhar vitalidade, sua agitação se tornou mais intensa, com o crescente número de recrutas, no qual o sucesso realimentava outro sucesso. A imagem de Hitler foi fundida com o mundo moderno, por exemplo, o voo de Hitler no documentário “Triunfo da Vontade”, em que a marcha inexorável se tornava realidade. Com o crescimento nas urnas em 1932, por volta de 37,3%, Hitler passou a pleitear o cargo de chanceler,

acarretando em uma crescente crise de confiança dentro do partido nazista devido a recusa de Hindenburg, que era presidente do Reich. A ajuda para a tomada de poder teria de vir de fora. Após a primeira recusa de nomear Hitler chanceler em 1932, Hindenburg muda de ideia e o nomeia em 1933 “legalmente”. No entanto, a essa altura, a legalidade já estava morta fazia tempo.

O uso do artigo 48 da constituição havia legalizado a intervenção direta do executivo no Reichstag, neutralizando o parlamento no comando das decisões. O acesso a Hindenburg se tornou o centro do poder e as “intrigas palacianas” acabaram por transformar os grupos de interesses em negociadores do poder, ansiosos por obter uma solução política para a crise, que favorecesse seus interesses.

Desse labirinto de lutas pelo poder, Hitler emergiu vitorioso. Poucos dos não crentes, entre eles os articuladores do poder ou os grupos de elite da indústria, comércio, finanças, agricultura, funcionalismo público e exército, tinham opção. Mas, em janeiro de 1933, estando perenemente esgotadas as outras opções, a maioria deles – com destaque apara os grandes latifundiários – estava disposta a considerar um governo hitlerista. Caso houvessem oposto a isso, uma chancelaria com Hitler teria sido inconcebível. Hitler precisava das elites para chegar ao poder. Contudo, em janeiro de 1933, elas por sua vez, precisavam de

Hitler, já que só ele seria capaz de fornecer apoio das massas exigido à crise do capitalismo e a crise do Estado na Alemanha. Foi essa a base do acordo que levou Hitler ao poder em janeiro de 1933 (KERSHAW, 1993, p. 61).

Hitler não tinha muitos contatos com os altos industriais e, em diversas ocasiões, ele pleiteou apoio com o mesmo, mas não obteve sucesso. Com isso, as finanças do partido estiveram seriamente ameaçadas, em parte devido aos sucessivos pleitos até 1933. A partir de 1929, os integrantes nacional-socialistas passaram a ganhar terreno, apesar de algumas restrições. Com o Crash de 1929, certas áreas passaram a dar mais apoio aos nazistas, como o setor agrícola.

A militância local e a conquista de figuras influentes de uma comunidade eram a chave para o progresso nazista. Hitler tinha de ser usado com parcimônia – para obter o melhor efeito, além de evitar um cronograma pesado demais. Um discurso dele era um grande bônus para qualquer seção do partido. Mas, nas condições vigentes a partir de 1929, o NSDAP obteve sucesso em lugares que as pessoas jamais tinham visto Hitler (KERSHAW, 2010, p. 225).

Foi o colapso econômico que impulsionou as elites a aceitarem uma via autoritária já no governo de

Brüning, até mesmo a restauração da monarquia passou a ser considerada. Von Pappen, favorito de Hindenburg, cogitou uma breve guerra civil, e acabou por ser deposto por intrigas internas. As elites tentaram integrar o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) a um governo de coalizão com Schleicher, mas não obtiveram sucesso devido à postura reducionista de Hitler (tudo ou nada).

Hindenburg acabou por se dobrar às circunstâncias, sendo convencido da “necessidade de Hitler” pelo lobby dos grandes latifundiários (ele era um deles) e por meio de contatos com militares, que viam o apoio popular como base de qualquer regime despótico de direita. Em novembro de 1932, Schleicher fora o primeiro signatário de uma petição endereçada a Hindenburg a favor de Hitler. Negociações foram feitas por meio da mediação de Von Pappen (ainda quando chanceler), que via a oportunidade como uma maneira de manipular Hitler em prol de seus interesses. Como a história constatou isso foi um equívoco e as portas do poder estavam agora abertas a Hitler.

5 O NACIONAL-SOCIALISMO COMO REGIME: O CHOQUE ENTRE CARISMA E BUROCRACIA

O sistema de governo dos regimes fascistas clássicos pode ser pensando como um amálgama de setores de dentro do estado, sociedade civil e do próprio partido. Assim, o regime era repleto de forças centrífugas, que ficavam em conflito umas com as outras. Foi dentro desse conflito que os especialistas cunharam o mote: “Estado Dual” tal qual Ernst Fraenkel teorizou em sua obra “Dual State” (1941) e Lepsius conceitualizou.

De acordo com Fraenkel, o funcionamento do regime vivia delimitado por dois extremos, um em que o líder possui as prerrogativas de mando e outro alicerçado nas leis, normativo. Há, então, uma mistura entre um legalismo moderado e violência arbitrária. Porém, esse modelo não explica como “a sociedade civil se adaptou ao regime” (PAXTON, 2007). Surgem, então, novas observações defendidas pelos “teóricos do totalitarismo”, como Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski com as suas “ilhas de separatismo”, ou seja, grupos específicos da sociedade civil, que resistem à expansão totalitária. Aqui entra como já foi citado mais acima a dita

“coordenação” (*Gleichschaltung*). Logo, dentro dos regimes fascistas clássicos se tem uma tensão entre líder carismático, partido, Estado e sociedade civil.

Em termos de estruturação do regime, as lutas acabavam por resultar em novas organizações em uma tentativa de acomodar as pretensões dos vários grupos que “querem uma fatia do poder”. Às vezes, poderiam ter até mesmo duas ou mais organizações com as mesmas funções, perfazendo aquilo que Kershaw chama de “trabalhar pelo Führer”. Os nacionais-socialistas, inclusive, solaparam o próprio estado com suas organizações partidárias, tais quais as forças de agitação e repressivas (SA e SS), tribunais partidários e suas organizações civis (como a juventude hitlerista). Tudo isso, alicerçado na imagística do líder e sua encarnação da ideia.

Já foi visto no capítulo dois o debate que cerca as caracterizações do regime e como não há consenso em relação a elas. Para fins de entendimento, prossegue-se com Kershaw na construção de seus modelos.

5.1 ALEMANHA APÓS A CHEGADA DE HITLER A CHANCELARIA

Para observadores externos, o aspecto que mais chama a atenção é o poder coercitivo do estado policial totalitário nazista. No entanto, algumas ressalvas têm de ser feitas na ordem de compreender o fenômeno na sua totalidade.

Como ponto principal, o terror nazista foi extremamente seletivo, voltado para grupos específicos da população alemã, tais como: os socialistas que sofreram a pressão inicial de forma mais evidente. Outros grupos, como grandes industriais, proprietários de terras e intelectuais de direita quase não foram “exprimidos” pelo esforço de coordenação nazista. A repressão também foi direcionada para os grupos impopulares da sociedade (judeus, homossexuais e etc).

Dentro do novo regime nazista, tal situação levou a um maior emprego de medidas coercitivas aliadas a esforço propagandístico para se criar consenso. O poder de Hitler foi alcançado não tanto por sua influência direta nos acontecimentos e sim pelos diversos setores, que estavam “trabalhando pelo Führer”, tanto dentro do estado alemão quanto pelas camadas sociais.

5.1.1 Pulverizando a oposição

Mussolini demorou três anos para contornar toda a oposição a seu regime, Hitler levou seis meses para fazer o mesmo. Em mais seis meses, ele acabou por eliminar a ameaça potencial que existia dentro de seu próprio movimento (a SA e seus blocos mais próximos da esquerda). As únicas instituições que não foram “nazificadas” foram o exército e a igreja católica, sendo que esta última passou a defensiva devido aos esforços nazistas de interferir na liturgia dos cultos.

A demolição completa da oposição política, num prazo tão curto dificilmente parecia provável em janeiro de 1933. Sua consecução deveu mais as forças dinâmicas desencadeadas pelo total descredito nas forças democráticas parlamentares de governo desde 1930, a fraqueza intrínseca da oposição em todas as faixas do espectro político e a disposição de Hitler de explorar plenamente, e com extrema implacabilidade, qualquer oportunidade que surgisse, do que quaisquer planos nazistas de etapas de tomada e consolidação do poder (KERSHAW, 1993, p. 70)

Dentro do gabinete de 1933, Hitler ocupa uma posição de força pelo fato de que o partido domine

ministérios específicos com Göering, em relação ao ministério do interior da Prússia, que tem entre outras prerrogativas, o controle dos meios policiais. Entre os pontos consensuais no gabinete, reinava a hostilidade ao parlamentarismo e a “necessidade” de acabar com o marxismo para sempre. Os pontos divergentes eram em relação a como alcançar tal meta, sendo que os nazistas optaram pela convocação de eleições.

Um fato que ajudou o de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) foi o incêndio do Reichstag em 27 de fevereiro de 1933, que deu a Hitler impulso para combater a oposição. Como dispositivo legal, ele usou o artigo 48 da Constituição de Weimar, suspendendo as garantias civis como liberdade de expressão e associação. A declaração do estado de emergência durou tanto tempo quanto o regime de Hitler e foi o esteio principal para a consolidação de seu poder.

Por ocasião das eleições para o mesmo Reichstag, os nacional-socialistas obtiveram 43,7% seguidos pelos conservadores com 8% dos votos. Os estados que não eram governados pelo de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), a SA realizou uma ampla campanha de repressão contra o KPD e os social-democratas com

apoio das autoridades locais. Em 20 de março, Himmler anunciou a construção do primeiro campo de concentração na região de Dachau.

No dia 23 de março, o parlamento aprovou a lei de ratificação que permitia a Hitler adotar medidas sem a necessária aprovação do presidente do Reich. A essa altura todos os deputados do KPD estavam presos ou, então, haviam emigrado ou ainda entrado para ilegalidade. Também o SPD estava em apuros por causa de suas estratégias para com a legalidade, que se provaram ineficazes contra o avanço de Hitler, seu braço paramilitar foi dissolvido entre março e abril e seus sindicatos banidos. Não foge a regra o partido católico de centro, que por meio de acordos com o clero, foi sistematicamente banido até que deixou de ser entidade política autônoma. Em 14 de julho de 1933, o NSDAP virou o único partido legal da Alemanha.

O processo de centralização política também atingiu os estados federados, que passam a ser subordinados diretamente a Berlim. Nos estados industriais, foram criadas várias representações de classe, que estavam ligadas ao aparato coercitivo do estado, sob jugo de uma liderança tipicamente agressiva.

Quanto ao exército, esse começou a entrar em conflito direto com a SA, o que ameaçava a consolidação do poder. O grande problema da SA é que esta estava deslocando o foco dos seus ataques, dos inimigos de estado para as bases do poder estatal como o exército, polícia e funcionalismo público.

A ameaça da SA acabou por levar Hitler a lançar a SS em um ataque preventivo contra a alta liderança da primeira, no que ficou conhecido como “noite dos longos punhais”, em 3 de junho de 1934. Também foi a oportunidade de eliminar antigos opositores como Gregor Strasser e o general Von Schleicher. Hitler se beneficiou ao eliminar a única fonte de oposição a ele no movimento ao mesmo tempo em que a SS, cuja lealdade era inquestionável, agora passou a ocupar primeiro plano. As elites também se tornaram mais dependentes do poder do “Führer”, passando a trabalhar em nome deste. Também o exército acabou por reconhecer a liderança de Hitler, fazendo um juramento público de lealdade ao mesmo. O afastamento de Hitler, somente era possível pelas únicas fontes de poder, a SS e o exército. Qualquer resistência havia sido fragmentada e pulverizada, privada do apoio das massas.

A repressão no regime nazista não era constante e sim variável, passando de um período inicial de perseguição para depois estabilizar em um controle direto por parte do partido e de Hitler. Como resultado, houve a erosão da legalidade pelo regime, principalmente, devido a ação da SS, que estava “trabalhando pelo Führer”.

5.1.2 A subjugação da legalidade no estado do Führer

O comportamento do regime foi ambivalente, por um lado preservou leis que não tocavam diretamente nas suas áreas de interesse, por outro manipulou alguns dos aspectos exibindo leis que poderiam lhe oferecer benefícios e ignorando outras que poderiam ser contra o mesmo. Isso se deu, principalmente, no código criminal.

Segundo o chefe da associação de advogados nazistas, Hans Frank, a lei constitucional, no terceiro Reich, não representava mais do que a ‘formulação legal da vontade do Führer’. Tais sentimentos equivaliam , usando a terminologia de Max Weber, à subjugação da autoridade legal-racional a autoridade carismática. A ‘vontade baseada nas realizações destacadas’, havia substituído os preceitos legais abstratos e impessoais

como premissa fundamental da lei (KERSHAW, 1993, p. 82).

Inclusive, para alguns seria correto falar em poder do Führer e não em poder de estado, em que este era idealizado como executor do poder da nação como um todo. Na visão de Hitler a lei era reativa, não ativa, uma vez que servia unicamente para legitimar um anseio mais geral e estabelecido pela vontade do líder.

Tanto pelo número crescente de intervenções pessoais arbitrárias no processo legal quanto por seu apoio à autonomia policial executiva, em detrimento do controle judicial, o próprio Hitler moldou a estrutura do completo desgaste da legalidade no terceiro Reich. Por mais que os advogados “trabalhassem pelo Führer”, o instrumento de implementação da vontade do Führer não poderia ser restringido pelas normas legais, mas tinha que desfrutar de plena autonomia da lei. O corolário do declínio da força convencional da lei, portanto, foi a expansão maciça do poder de fusão entre polícia e a SS – o principal executor do poder do Führer (KERSHAW, 1993, p. 84)

Um dos instrumentos de controle foi o sistema de “custódia protetora” praticada pela SS e que ganhou mais visibilidade com Himmler, chefe das mesmas. Segundo essa prática, todos aqueles que fossem considerados perigosos para “ordem pública” poderiam

ser detidos e mandados para campos de concentração sem julgamento prévio. Mesmo dentro do regime, essa prática estava sob constante questionamento por grupos mais legalistas encabeçados Frick e Heydrich.

A disputa perdurou até que Himmler levou o caso para Hitler, que acabou por endossar a política da SS. Como símbolo da vitória, o cargo de chefe da polícia foi fundido com o de chefe da *Reichsführer*. Himmler ficou subordinado diretamente a Hitler, e a polícia política cresceu e ganhou influência, que poderia julgar até mesmo os crimes mais comuns. Com a guerra houve nova expansão e a SS já não estava subordinada a nenhuma lei:

[...] com essa expansão, foi atingindo o auge do poder pessoal de Hitler e da implementação das metas ideológicas a que, em termos mais gerais do que específicos, ele se havia atado desde o início década de 1920. Com erosão da lei e o desenvolvimento de uma polícia política imbuída do espírito da ideologia nazista, estava criado o clima e forjado o instrumento para o completo favorecimento do poder de Hitler e, com ele, a realização de sua *Weltanschauung* (KERSHAW, 1993, p.87).

Por fim, o poder estatal não funcionaria sem um amplo apoio popular que à medida que guerra

prosseguia, se tornou mais tênue (o que aumentou o nível de repressão da Gestapo). De qualquer forma, os instrumentos estatais estavam subordinados, diretamente, a vontade do Führer, que exercia sua liderança carismática.

5.2 TERCEIRO REICH E O PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO

Partindo do princípio de que Hitler não conseguiria governar sozinho um regime tão complexo como foi o nacional-socialista, a máquina burocrática exigia um certo grau de mando e resposta. Também havia as brigas entre partidários e burocratas pelos despojos do poder, o que somente reflete o desfecho do expurgo das SA em 1934. Ele nada mais foi do que uma acomodação pragmática da liderança nacional-socialista com os militares. Dentro dessa conjuntura se tem uma “selva burocrática” permeada de interesses de vários setores da sociedade e do Estado. E também se tem altos níveis de corrupção por parte do entourage próximo a Hitler.

Figuras proeminentes do regime podiam ganhar salários enormes, gozar de

isenções tributárias e se beneficiar de presentes, doações e subornos para suprir seus gostos extravagantes em residências palacianas, roupas luxuosas, obras de arte e outros luxos materiais (...) A corrupção a grassava em todos os níveis do regime. Hitler ficava feliz por satisfazer o desejo infinito de seus subalternos pelos adornos materiais do poder e do sucesso, sabedor de que a corrupção em escala maciça assegurava lealdade, á medida que o Terceiro Reich se transformava numa variante moderna de um sistema feudal baseado na fidelidade pessoal e recompensada com feudos privados (KSERHAW, 2010, p. 359).

Nesse tipo de regime, o principal elemento era o aparato repressivo, especialmente, aquele que possuía atribuições de polícia. Parte do processo de coordenação já foi exposto acima. No entanto, tem de pensar também no choque entre as estruturas já estabelecidas e novo aparato criado. O estado da Prússia possuía uma agência investigativa conhecida por Kripo. Com o novo regime, ela passou a ser infiltrada por elementos do partido e das novas organizações. Primeiro, cerca de 1,5% dos seus efetivos foram expurgados, principalmente, diretores e figuras públicas conhecidas. O restante dos 11.500 detetives foram integrados à GESTAPO, tendo em grande medida suas prerrogativas aumentadas.

Dentro dos interesses estabelecidos, a consolidação desse sistema também contou com apoio dos próprios policiais, muitos deles hostis a república de Weimar. Os juízes acabaram por fundir suas organizações as do partido, criando uma máquina repressiva relativamente ajustada aos mandos do regime. Aqui se tem a mistura entre a prerrogativa do Führer e a normatividade das leis, nas palavras de Hans Frank:

A lei num Estado autoritário-völkisch é estabelecida por aqueles órgãos da ordem do povo, que em nome da mais alta autoridade – a do Führer – tem as funções de regulamentar uma área específica da vida social. De que forma essa regulamentação é buscada, se por uma ordem do Führer, por lei, por ordenança, por decreto ou por uma regulamentação organizada, não é importante, quando a agência de coerção (a polícia) age dentro dos limites de sua missão (GELLATELY, 2011, p. 61).

Outro ponto importante do regime era a sua política racial, sendo os médicos obrigados a cooperar com as vagas diretivas do Führer. Tinha-se, então, um leque variado de pesquisas e programas voltados para metas ideológicas vagas do regime. Foi assim que surgiu o *Aktion T4*, um dos programas que permitiam ao de

Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) eliminar os doentes e deficientes mentais com a chancela direta de Hitler. Como se verá mais a frente, ele esteve ligado intimamente com o Holocausto.

Aliás, o programa T4 mostra que a população não era tão inerte e exposta a propaganda do regime quantos alguns costumam a asseverar. Ele foi considerado um fracasso por despertar a repulsa dos parentes dos doentes internados nas clínicas (públicas ou particulares). Até mesmo os campos de concentração não eram um segredo bem guardado do estado alemão, ao contrário, havia uma ampla divulgação dos mesmos entre a população. E aqui também se tem um amplo jogo de interesses, já que GESTAPO poderia ser mobilizada em diversos contextos e por diversas opiniões, em miúdos, tudo muito vago e sem provas concretas, tendo em vista que o mito da repressão eficiente do regime foi uma das armas de propaganda.

Antes da guerra se tem, então, uma situação de crescente dilapidação dos setores burocráticos, principalmente, dos ligados a repressão e política racial. E é muito provável que na época anterior a guerra, o índice de aprovação de Hitler fosse superior a 44% obtidos em março de 1933. Há uma leva, então, de

aproveitadores e carreiristas que aderem ao partido, sendo estes atraídos pelas perspectivas de sucesso, além do carisma do líder. Jovens se viam atraídos pelo ethos paramilitar da juventude hitlerista, trabalhadores pelos programas de lazer criados pelo regime e até mesmo mulheres vistas como patrimônio racial alemão.

Em termos esquemáticos, o carisma era pilar que fazia gravitar o Estado e o partido, porém era ele que mesmo que criava o caos burocrático do regime nacional-socialista. Em um regime tão personalista quanto esse dizia ser, Hitler raramente aparecia na sua “elegante chancelaria” para realizar até mesmo as incumbências mais rotineiras. Kershaw gosta de enfatizar o poder que Martin Bormann tinha nas mãos pelo simples fato de administrar a agenda de Hitler de perto. E Hitler continuava a ser o boêmio avesso a trabalho sistemático e a rotina, imerso no seu mundo pequeno-burguês. Isso teria graves consequências durante a guerra

5.2.1 A radicalização acumulativa

A guerra trouxe a radicalização mais acentuada do regime hitlerista, criando condições que permitiram os

desfechos que se seguiram. No entanto, também se expõe que é inegável que os regimes carismáticos, sejam eles democráticos ou autoritários, têm uma necessidade de criar nos expedientes e feitos na ordem de impressionar a opinião pública, permitindo que o regime nunca se positive em alguma forma de dominação tradicional ou então legal/burocrática.

Nesse sentido, levando em conta o ideário fascista, a guerra seria o meio mais natural de gerar surpresas e incrementar o processo de coordenação da sociedade. Os regimes fascistas vieram da Primeira Guerra e na Segunda Guerra encontrariam seu destino final. E nesse sentido, qualquer análise que se foque no papel do líder carismático se torna incapaz de explicar a dinâmica interna do regime sob essa conjuntura. Por isso, internacionalistas como Fest (2006) enfatizam a política externa do regime ao passo que funcionalistas como Mommsen (2007) falam em estruturas e anomia organizativa nacional-socialista.

O maior exemplo de radicalização nacional-socialista seria o holocausto e a política aplicada aos judeus. No entanto, esse foi um caminho tortuoso que não necessariamente implicaria no desfecho tal qual se conhece hoje:

O genocídio nazista, por sua vez, embora só tenha iniciado em 1941, era o desdobramento lógico – na verdade sob determinados aspectos inexoráveis – dos fundamentos do poder nazista. De 1933 em diante, seu embasamento intelectual em ferrenho antissemitismo ideológico passou a fazer parte da ideologia de Estado (personificada pela autoridade do regime). Isso, por sua vez, impulsionou uma perseguição sistemática, cada vez mais radical, implementada de forma eficiente por uma máquina burocrática moderna, e que culminou em extermínio meticulosamente planejado e executado por meio de uma tecnologia nova de tipo industrial, cujo objetivo era erradicar por completo todos os judeus da Europa (KERSHAW, 2008, p. 513).

A primeira fase pode ser considerada a de “isolar os judeus do resto da nação e supressão de seus direitos” (PAXTON, 2003, p. 261). Ela vai desde os pogrons organizados pela SA, passando pelas “leis de Nuremberg”, em 1935, até a *Kristallnacht* de 1938.

A segunda fase ocorre na época da anexação da Áustria, Polônia e Tchecoslováquia ao território do Terceiro Reich. Em misto de vileza oportunista e corrupção, os judeus ricos que podiam pagar por passaportes eram chantageados e obrigados a entregarem seus bens ao Estado, basta pensar na figura de Adolf Eichmann e seus métodos inovadores. Os que

não podiam pagar eram encarcerados em guetos, apartados da sociedade local. Eles eram vistos, pelas autoridades locais competentes, como empecilhos a colonização e as políticas de engenharia social do regime, o que fazia com que os governadores e outras autoridades brigassem para expulsá-los para outros territórios. Aqui se tem o problema do “judeu” e da busca por uma “solução”.

Também nesse período começa a surgir os *Einsatzgruppen*, grupos de extermínio encabeçados por divisões SS nos territórios ocupados. Eles agiam sobre as prerrogativas de Hitler, mas nunca por uma ordem escrita, em um processo informal na tentativa de mascarar responsabilidades, ou seja, estavam “trabalhando para o Führer” visando metas ideológicas vagas e indiretas, tais como as lunáticas profecias discursivas de Hitler. A essa altura, os sentimentos mais radicais já haviam sido liberados pelas lideranças do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP):

[...] haviam sido institucionalizados no segmento ideologicamente mais dinâmico do regime nazista – o império nascente que atuava sob a égide política da polícia de segurança administrada pela SS. Neles, carreiras podiam ser construídas graças à

especialização na “questão judaica”. Adolf Eichmann, que mais tarde seria o orquestrador da “solução final”, era o exemplo paradigmático disso. Mas o carreirismo e a ideologia caminhavam de mãos dadas. Em sua maioria, aqueles cujo estímulo era um trabalho incessante para encontrar maneiras de ‘solucionar’ o ‘problema judaico’ eram em sua maioria verdadeiros fiéis a causa. Há muito tempo já haviam incorporado a doutrina de que um Reich forte e dominante precisava de ser expurgado de ‘elementos impuros’, em especial os judeus (KERSHAW, 2008, p. 513).

Assim, se tem uma miríade de iniciativas locais esparsas espalhadas por todo território conquistado pelas tropas alemãs. Frente ao problema “judeu”, séries de propostas foram feitas pelos diversos administradores e burocratas responsáveis nos territórios ocupados. Essas iniciativas estavam ligadas as vagas diretrizes que Hitler, “bastava-lhe fornecer as diretrizes básicas do que era preciso fazer” (KERSHAW, 2008, p. 525).

E, nesse sentido, e em paralelo aos grupos de extermínio da SS, surgem alternativas para lidar com os judeus. A primeira foi o assentamento entre o Vístula e o Bug, em território longínquo bastante do Reich. Com a guerra, a USRR na segunda metade de 1941, grupos de extermínio passam a ser mais ativos (triplicando o número de integrantes da SS em território soviético).

Com isso, em paralelo se tem a alternativa Madagascar (totalmente impraticável) seguida do exílio dos judeus na fria tundra siberiana. Pode-se, então, entender que a conferência de Wansee (20 de janeiro de 1942) presidida por Himmler e Heydrich como tentativa de coordenar todas essas ações, em múltiplas instâncias (tantos a ação dos grupos de extermínio com ações de burocratas e membros do partido).

Internamente, o programa T4 continuava encabeçado por outros setores da burocracia partidária e estatal. O programa T4 tinha feito progresso relativo na exterminação de pacientes em diversas clínicas (cerca de 70 mil). E um dos métodos, envenenamento por gás carbônico por meio experimentado pelos grupos de extermínio na retaguarda do exército alemão.

Na terceira fase esses diversos elementos se combinam, catalisadas pelas prerrogativas legitimadas pelo Führer e se utilizando do aparato material e organizativo do estado normativo. Logo, os campos de concentração podem ser entendidos por iniciativas vindas de baixo com as diretrizes vagas de Hitler no centro da estrutura hierárquica de poder. Dois deles estavam em território polonês anexado, em 1939, (Auschwitz e Chelmno) e outros em terras,

originariamente, polonesas como: Treblinka, Sobibor, Majadek e Belzec.

Toda movimentação foi feita no mais absoluto sigilo até a liberação pelos Aliados em 1945, poucos dentro da população alemã sabiam de fato o que se passava nesses campos. As ordens mais incriminatórias “eram dadas verbalmente” em uma “linguagem camuflada que era usada nas conversas de mais alto nível” sendo que “não podiam ser discutidas nem mesmo pelos iniciados” (KERSHAW, 2008, p. 517). Porém, já havia boatos e outros elementos, como cartas dos soldados e guardas dos campos a terceiros, que noticiavam o terrível experimento nazista. De qualquer forma, a radicalização acumulativa também atingiria o front interno, na forma de milícias *Volkssturm* e outros expedientes que seriam implementados tendo em vista diretrizes ideológicas, com considerável aumento da repressão a dissidentes e ditos “associais”.

Com certeza, a violência no regime nacional-socialista estava no âmago do movimento e da ideologia do partido. E é muito provável que ela não careceu da organização de seus congêneres soviéticos. Porém, nem mesmo Stalin nos seus tempos de expurgos e exílios massivos pensou em algo tão brutal quanto o de Partido

Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Muito clara está a marca do carisma de Hitler e sua responsabilidade pelo lamentável rumo que as coisas tomaram.

Por incrível que possa parecer, no caso do Holocausto em específico, se tem a formação do ambiente totalitário por excelência. Uma zona nebulosa, em que tudo se torna possível, e em que o poder se expressa por um ódio visceral e autodestrutivo. O poder nacional-socialista em seu zênite foi também o fim do seu regime.

6 CONCLUSÃO

A relação entre Kershaw e Weber é muito explícita e estes não fazem questão alguma de esconderem o fato. A aplicação conceitual também não muda de um autor para o outro, o que nos permite caracterizar as obras de Kershaw como parte do paradigma weberiano.

No entanto, como se pode expor, Kershaw também é em muito tributário de Hans Mommsen, praticamente não há variações entre a tese deste com a do primeiro. Provavelmente, Kershaw se utilizou mais de Weber, mas com os *insights* já na década de 1960. Há também um grande problema que seria a falta de documentação específica sobre os elos que ligam as lideranças e o sistema burocrático em si. Talvez, seja por isso que se tenham tantas variações teóricas a respeito de quanto Hitler foi de fato um “ditador totalitário”.

A virtude do aporte de Kershaw está justamente por apontar de maneira quase sociológica, significativos traços sociais, que estão ausentes nas obras de muitos intencionalistas fortes. Isso torna sua caracterização mais rica e forte o suficiente para firmar-se em face de miríade de teorias historiográficas sobre Hitler. No

entanto, seria essa caracterização nada mais do que um tipo ideal do que seria um regime carismático? Acredita-se que sim, no fundo seria uma conceptualização da ditadura hitlerista apoiada em documentos históricos específicos, mas que não retrata a complexidade total do objeto. Nesse sentido, Kershaw tem seu valor comprovado ao indicar um plano analítico que poderia ser aplicado a outros regimes, independente se está se falando de uma análise historiográfica ou então sociológica.

Obviamente, o fascismo – apesar de todo o caos que ele criou – continua sendo uma ideologia que atrai muitas pessoas e setores da sociedade. Segundo Paxton (2007), os elementos que ainda o torna atual são os seguintes:

- Um senso de crise catastrófica, além do alcance das soluções tradicionais;
- A primazia do grupo, perante a qual todos têm deveres superiores a qualquer direito, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esses deveres;
- A crença de que o próprio grupo é vítima, sentimento esse que justifica qualquer

ação, sem limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos, tanto internos quanto externos;

- O pavor à decadência do grupo sob influência corrosiva do liberalismo individualista, dos conflitos de classe e das influências estrangeiras;
- A necessidade de uma integração mais estreita no interior de uma comunidade mais pura, por consentimento, se possível, pela violência excludente, se necessário;
- A necessidade da autoridade de chefes naturais (sempre do sexo masculino), culminando em um comandante nacional, o único capaz de encarnar destino histórico do grupo;
- A superioridade dos instintos do líder sobre a razão abstrata e universal;
- A beleza da violência e a eficácia da vontade, sempre voltadas para o êxito do grupo;
- O direito do povo eleito de dominar os demais, sem restrições provenientes de

qualquer tipo de lei humana ou divina, o direito sendo decidido por meio de um único critério das proezas do grupo no interior de uma luta darwiniana.

De todos os elementos levantados por Paxton, a necessidade de uma liderança no fascismo clássico é o exemplo mais emblemático. Deve-se admitir que a primeira metade do século XX foi obcecada por personalidades fortes e pela figura do gênio, o que tornou propício o aparecimento de figuras carismáticas, não somente no fascismo.

Soma-se a isso as peculiaridades específicas de cada país que os originou. A política alemã do final do século XIX vivia em função do carismático Bismarck, sendo quase fatal a procura por grandes figuras históricas, que encarnassem os valores de um certo contingente da sociedade civil. Curiosamente, ao contrário do que os observadores por Versalhes poderiam imaginar, a figura veio de baixo, na forma de um artista fracassado e *ex front soldat* com um poder apelação surpreendente para aqueles mais receptivos as suas mensagens de ódio e renovação nacional.

Se há uma possibilidade de um fenômeno como Hitler ressurgir hoje se acha que, em virtude das

experiências do século XX, tal condição seja pouco provável. Por outro lado, certas sociedades ainda enfatizam fortemente a identificação com o grupo em um líder forte.

No entanto, provavelmente, ele não seria uma cópia fiel de Mussolini ou de um Hitler, e para que se mantivesse em determinada posição ele precisaria criar um ambiente de atomização e fragmentação social (como Hannah Arendt já apontava). E se teria de imaginar isso com um Estado forte o bastante para controlar as comunicações em termos globais. Em síntese, tendo em vista o contexto atual, tal condição exigiria uma maquinaria de poder muito forte e que de alguma maneira teria de extrapolar até mesmo território do estado-nação, em que ele estaria estabelecido.

Em alguns países muitos isolados, certas facetas do isolamento necessário já foram alcançadas. A Coreia do Norte é um exemplo no que se refere a isolamento totalitário e aos altos custos de se ter um regime desse tipo. Como um estado quase falido e quebrado financeiramente tem um regime carismático, que tendeu a positivação por meio de uma tradicionalização dinástica e baseada na sacralização de princípios marxistas e stalinistas. Obviamente, todo o regime é

voltado necessariamente para guerra, fazendo uma política externa, que lembra o oportunismo e as bravas condições hitleristas.

Também há outros regimes, que estão em muito calcados em figuras carismáticas, basta se pensar que para muitos analistas, a primeira década desse século foi basicamente a era dos autocratas. É o caso gritante da Rússia contemporânea, em que Vladimir Putin exerce um jugo quase total da sociedade russa. Se pensar bem, os altos índices de aprovação podem ter suas origens justamente devido a humilhação nacional, provocada pelas reformas liberais da década de 1990. Junte-se a isso uma sociedade coletivista e altamente militarizada, com o culto ao estado e até mesmo nacionalismo orgânico e paramilitar. Sem contar a política externa de Putin, que segue um ethos do imperialismo do século XIX.

Por outro lado, certos regimes conseguiram fazer a transição da dominação carismática para estruturas burocráticas e legais. É o caso do partido chinês, em que o trauma da “era de Mao” e as tendências totalitárias de uma filosofia stalinista são mantidos em controle por um imenso politburo que é incapaz de gerar uma liderança desse calibre. Tem-se de lembrar que muitos líderes

atuais do PCC são filhos dos exilados da era de Mao e que eles agem sobre um consenso muito mais conciliativo internamente. Cuba também pode seguir o mesmo caminho de crescimento econômico e estabilidade, dependendo de como regime se comportar após a era dos “irmãos Castros”.

A dominação carismática, também, gera muita corrupção e desorganização da máquina estatal, criando graves problemas para aqueles que vão governar posteriormente. Claro, o caso Venezuelano surge em mente, com altos índices de corrupção e desorganização econômica. Soma-se a isso uma cultura política paternalista que levou ao atual estado de coisas. Isso vale, também, em certa medida para Argentina e para o Brasil. Porém, o Brasil possui uma estabilidade institucional muito maior do que os outros dois o que coloca a figura carismática dentro de um quadro de delimitação. Ao que tudo indica o Brasil já pode estar em um quadro de transição para um novo pacto social pós-democratização, mas o que virá depois permanece em termos de perfil de liderança e setores no poder permanecem uma incógnita.

Passa-se agora em revista dos principais passos da pesquisa e de algumas observações mais gerais

sobre Kershaw e o período que analisa. Primeiramente, se tem uma revisão dos conceitos weberianos, em especial a dominação carismática e burocrática/legal, em que tanto Weber quanto Kershaw admitem que estas são incompatíveis entre si, sendo que o “carisma” tende a solapar o sistema burocrático, justamente por ser marcado pelo signo da contingência do líder. Alias, tanto Weber quanto Kershaw admitem que o líder deva reafirmar a autoridade por meio de novos feitos, que reforcem os vínculos entre ele e sua comunidade carismática.

A comunidade carismática nada mais é do que um grupo de acólitos próximos ao líder que interpreta seu desígnio para aqueles que estão fora ou em camadas mais externas. Esse grupo estava muito presente na maneira de operar do regime nacional-socialista, em que figuras como Gobbles e Göering recebiam ordens verbais de Hitler e transmitiam aos setores mais baixos da hierarquia do partido e do estado. Com a consolidação do regime 1933, o partido começa o processo de coordenação com as outras estruturas estatais exceto o exército. Também foi um período de acomodação e negociação entre Hitler e os outros setores, tanto da sociedade civil quanto do estado.

Também se viu que Kershaw tem uma construção muito específica dentro de um debate maior. Analisaram-se alguns autores passando por diversas correntes com os mais variados tipos de construção. Dentro desse universo, tem-se estruturalistas como Poulantzas que acreditam ser o fenômeno nacional-socialista tributário das elites econômicas do capitalismo monopolista, passando por Hans Mommsen e sua tese do ditador fraco policrático até intencionalista mais fortes como Joachim Fest e seu “ditador forte”. Kershaw, ao contrário, acredita existir um meio termo entre ambas as abordagens se valendo de uma terminologia weberiana em suas análises.

Essa abordagem lança luz sobre certos temas considerados tabus dentro da história do nacional-socialismo. Entre eles o Holocausto, que na visão de Kershaw nada mais foi do que o resultado da discrição pessoal do líder frente a estruturas que operam, de forma legal, com grande aporte de recursos materiais. Assim, por meio de uma série de postulados muitas vezes lançados de maneira vaga, os burocratas tinham de interpretar as intenções envolvidas neles para concretizar o desejo do líder, ou seja, tem-se uma espécie de agência fraca por parte do Hitler, devido ao

seu estilo de mando, como uma comunidade carismática, que tinha de “trabalhar pelo Führer”.

Pode-se, então, concluir a maneira como Kershaw caracterizou o regime como dinâmico e marcado por lutas intensas do poder, em que havia grupos de interesse, burocratas, aproveitadores e outros, todos querendo valer-se de ganhos dentro da lógica do regime. O principal elemento ocasionado por essa estrutura de mando seria corrupção e o solapamento do estado alemão frente às pressões do partido, do líder e da comunidade carismática. A perspectiva que se tem, nessa caracterização, é interessante por levar em conta elementos sociais além do poder de ação do próprio líder, criando um meio termo entre estruturalistas e intencionalistas. Essa abordagem, provavelmente, continuará a ser profícua hoje e posteriormente, criando uma nova corrente de estudos dentro desse campo historiográfico e sociológico.

REFERENCIAS

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FEST, Joachim, **Hitler**. v. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____. **Hitler** v. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GELLATELY, Robert. **Apoiando Hitler**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

KERSHAW, Ian. **Hitler**: um perfil do poder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Dez decisões que mudaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MOMMSEN, Hans. Cumulative Radicalisation and pregressive self-detruction as structural determinants of Nazi dictatorship. In: KERSHAW, Ian; LEWIN, Moshie (orgs.). **Stalinism and Nazism**. Cambridge: Cambridge Press, 2007, p. 75-87.

PAXTON, Robert. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. V. I. Porto: Portucalense, 1972.

SELL, Carlos Eduardo. **A liderança carismática**: sobre o caráter político do populismo. 2013, p. 14-44.

Disponível em:

<<http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/2103/1833>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. I, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

_____. **Economia e sociedade**. v. II, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

_____. Política como vocação. In: GERTH, H.H.; MILLS, C. Wright (orgs.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 55-89.